

[REDACTED]

MARIA SEDY MARQUES

[REDACTED]

PEQUENOS PRODUTORES RURAIS: IDEOLOGIAS ORGÂNICAS

Dissertação apresentada ao
Curso de MESTRADO EM SOCIO-
LOGIA da Universidade Fede-
ral da Paraíba, em cumprimento
às exigências para obten-
ção do Grau de MESTRE.

Área de Concentração: SOCIOLOGIA RURAL

Orientador: GISELIA FRANCO POTENGY

CAMPINA GRANDE - PB

1 9 8 7

[REDACTED]

PEQUENOS PRODUTORES RURAIS: IDEOLOGIAS ORGÂNICAS

DIGITALIZAÇÃO:

SISTEMOTECA - UFCG

PEQUENOS PRODUTORES RURAIS: IDEOLOGIAS ORGÂNICAS

MARIA SEDY MARQUES

Dissertação aprovada em: ____/____/198

Gisélia Franco Potengy
Orientador

Componente da Banca

Componente da Banca

CAMPINA GRANDE-PB

1987

DEDICATÓRIA

Esses tempo de bonança
Sei que um dia vão chegar
Daqui dez ano pra frente
Pode intê nōs alcançar

Se eu morrer sem ver eles
Os meus fi vão desfrutar
Se acaso os ôios deles
Esses claro num enxergar

Meus neto eu sei que as mão
Na fartura vão botar
Olhando então para trás
Os lutador vão louvar

Cordel: O rico e pobre no balaio
do rei - Cícero Ananias
e M.S.M.

Aos lutadores, firmes e tantos!

A Mainara, única e doce!

AGRADECIMENTOS

- A Gisélia - pela orientação e resgate da liberdade acadêmica tão ameaçada!
- A Regina - pelas advertências, críticas e sugestões, quando de sua participação na discussão do Projeto de Pesquisa e na Comissão Examinadora.
- Aos Coordenadores e Corpo docente - pelos encaminhamentos e orientações.
- Aos colegas do D.F.E. - pelas solidárias manifestações.
- A Gil - pelos jeitos de ser amigo: motorista, "rei", crítico e quase barqueiro, sem o qual... eu duvido, pelo menos lá!
- A você - porto e ponte, quando foi manhã ou anoitecer.
- A Valéria, Nivaldo, Biozinho, D. Odete, Rosa e Tony - portas de aceiros que dão no mar.
- A Márcia, Adalberto e Darci - pelos préstimos e empréstimos, de carros, de risos e forças.
- A Cidoca e Sheva - pelos incentivos dos primeiros cochichos da rota.
- Ao SEDUP - pela impressão dos Cordeis.
- Ao Grupo do PEASEP - particularmente a Paulo e Jorge - por todo o apoio e a travessia dos lamaçais.
- Aos comunitários de Capim de Cheiro - mais que saudade, lição.

A Seu Rubens e demais motoristas da UFPb - pela gentileza com
que nos conduziram.

A Solha - pelo encorajamento ao teatro.

A Mário e Ribamar - pelos esclarecimentos.

A Laerte - pela revisão lingüística e tolerância.

A Ramalho - pela datilografia e camaradagem.

A Galega - por todos os desempenhos onde
eu falhei, mas principalmen-
te, por muito mais...

A Mãe - pelos agradados e horas de es-
pera.

A Pai - com quem aprendi a querer...
este trabalho.

RESUMO

Refletir sobre as ideologias dos trabalhadores em fases determinadas da evolução do capitalismo tem-se constituído motivo de estudos e de controvérsias, ao longo da história da divisão campo-cidade. Situar, dentre essas ideologias, aquelas que apresentam organicidade, vem, nos últimos tempos, particularmente a partir das proposições gramscianas, ocupando espaços cada vez maiores entre os educadores. Identificá-las no universo da cognição e da emocionalidade dos pequenos produtores rurais, parece se impor como desafio à educação rural. São ideologias cujas especificidades exigem de qualquer estudioso — principalmente dos que se iniciam — um repensar sobre a totalidade social, o que significa dizer buscar na sociologia o instrumental teórico necessário à sua compreensão. Aí, se situa o presente trabalho que se desenvolve no pressuposto de que as visões camponesas relativas à terra, ao poder e ao mercado se caracterizam como orgânicas, isto é, como ideologias vinculadas a uma classe fundamental, historicamente necessárias às estruturas econômicas e com poder organizativo (Conf. GRAMSCI, 1978b: 65). Desta forma, são estas ideologias tomadas como constitutivas do objeto deste estudo. Do empenho, nele contido, em efetivar-se a pesquisa como serviço educacional resultou o uso do Teatro e do Cordel (tradicional instrumento de comunicação entre os trabalhadores rurais nordestinos) como recursos de apoio

à Pesquisa-Ação. Sobre tal processo e seus resultados, desenvolve-se a análise que objetiva, sobretudo, destacar espaços ou fenômenos ideológicos que possam servir, posteriormente, como vertentes ou matrizes na seleção de conteúdos educacionais dentro ou fora da escola rural.

S U M Á R I O

	Página
INTRODUÇÃO.....	1
I ^a PARTE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	9
Capítulo 1 - CONCEITOS TEMÁTICOS	13
1.1 A ideologia: concepções e cri- térios	14
1.2 O pequeno produtor rural: pa- râmetros e delimitação	24
Capítulo 2 - A PESQUISA	33
2.1 O objeto	34
2.2 Caracterização dos sujeitos ..	38
2.3 Da investigação	51
II ^a PARTE: O INVENTÁRIO: UMA LEITURA INTERPRETATIVA	71
Capítulo 3 - O CALO, O TETO E O PÃO	74
Capítulo 4 - A TERRA NO PATAMAR DO PODER	88
Capítulo 5 - HOMENS E LUBISOMENS	118
CONCLUSÕES	143
BIBLIOGRAFIA	151

INTRODUÇÃO

O padrão de desenvolvimento econômico e a fase do capitalismo que caracterizam a atual sociedade brasileira, particularmente no campo, as contradições inerentes a este modo de produção, bem como aquelas que se especificam na relação terra-capital, as fragmentações e incoerências próprias das ideologias não sistematizadas ou abstraídas da realidade empírica e, ainda, potencialidades e empreendimentos camponeses que se situam na luta de classes constituem fatores significativos no presente trabalho.

Tais fatores, expressos na síntese de uma dada realidade, ao longo de uma pretensa prática educacional, por nós anteriormente vivida em comunidades rurais, foram configurando problemas e dificuldades que provocaram a necessidade de uma reflexão mais elaborada, a qual, dentro dos nossos limites pessoais, aqui se materializa em torno do tema "ideologia".

Situar a ideologia nas doutrinas pedagógicas, bem como nas análises ou proposições apresentadas por aqueles que, em nosso meio, têm-se voltado para a educação rural, esperamos, possa justificar a atenção, aqui dispensada, ao tema em apreço.

Entendemos que, nas doutrinas pedagógicas, poder-se-iam identificar três diferentes formas de conceber a educação, quando a analisamos em relação à ideologia: concepções em que as

ideologias são consideradas como homogêneas ou universais nas sociedades em que circulam; concepções em que essas ideologias são interpretadas, predominantemente, como produzidas na classe hegemônica e por outras reproduzidas; e, finalmente, aquelas concepções em que as ideologias são percebidas em suas diversidades, compatíveis, pois, com as várias classes sociais antagônicas de uma formação econômico-social, as quais as produzem e as contrapõem, inclusive através da educação.

Assim, em primeiro lugar, têm-se aquelas concepções em que os conteúdos ideológicos difundidos como valores e normas sociais confundem-se com os conteúdos educacionais, de maneira que a forma como se exerce o poder para reproduzir essas ideologias vai constituir o próprio processo educativo. Aí, a internalização das ideologias produzidas e difundidas pela classe hegemônica é vista como devendo se processar ora coercitivamente, como sugere DURKHEIM (Conf. 1978:5), ora democraticamente como defende DEWEY (Conf. FREITAG, 1980: 18 e 19). Assim, esses teóricos, não particularizando as ideologias, tratam-na como concepção unitária de uma sociedade homogênea.

Já aqueles que percebem que os princípios, valores e normas, predominantes em uma formação econômico-social, traduzem a ideologia dominante e a apresentam como condição para a reprodução desta estrutura global, dispensam à ideologia a atenção devida. Entre estes, situam-se ALTHUSSER e BOURDIEU, cujas teorias focalizam o modo como o poder é usado para servir de mediação entre a educação e os interesses do capital. (Conf. GIROUX, 1983:35).

A partir de uma concepção diferenciada e aberta da ideo

logia, que extrapola, inclusive, os teóricos da reprodução (acima abordados), tem-se, finalmente, a educação numa perspectiva emancipatória. Entre aqueles que assim percebem, destaca-se GRAMSCI, o qual entende ser a educação a passagem de um nível mais elementar para outro superior da ideologia (Conf. SNYDERS, 1977:280). Concebendo esta de modo a fazê-la equivaler a "filosofias", "concepções de mundo", "sistemas de pensamento" e "formas de consciência" (Conf. HALL, et alli, 1983:61), utiliza-se ele do caráter de organicidade que determinadas ideologias apresentam — pela sua capacidade de transformação do modo de produção — como critério para validá-las. Deste modo, não se vale esse autor, para tal validação, de oposições como falso x verdadeiro como o fez LUKÁCS (Conf. 1974:63) ou de outras tantas, tais como real x ilusório, consciente x inconsciente como procede ALTHUSSER (Conf. 1983:85, 1979a:194-214, respectivamente). Utilizando a classificação de ideologias arbitrárias e orgânicas, Gramsci nos apresenta como características destas últimas o fato de serem elas necessárias às estruturas econômicas, vinculadas a uma classe fundamental e com poder socialmente organizativo. (Conf. GRAMSCI, 1978b:65)

Em se tratando de pequenos produtores rurais — sujeitos de nossa pesquisa —, tais concepções nos levam à adoção do pressuposto de que suas ideologias relativas à terra, ao poder e ao mercado, ao apresentarem tais características, poderão ser consideradas como ideologias orgânicas, passando estas a se constituírem como objeto do nosso trabalho.

Na literatura relativa à educação rural no Brasil, descrições e análises que, embora nos últimos anos tenham apresen-

tado significativo avanço, parecem evidenciar lacunas que se nos apresentam como desafios profissionais. São informações, críticas e proposições, indicativas de um conhecimento que libera a pedagogia de outras áreas do saber ao mesmo tempo em que enfatiza vazios que lhe são específicos no que tange ao homem rural.

Percebe-se, entre textos divulgados, que o tratamento sociológico tem ocupado espaços cada vez maiores. São estudiosos que vêm se empenhando, com bastante êxito, em pesquisas e reflexões relativas ao que classificamos como inserção da educação no desenvolvimento rural e global de nossa sociedade. Destacamos aqui trabalhos como os de Julieta Calazans, de José de Sousa Martins e de João Bosco Pinto, entre outros (Conf. 1981:161-162, 1975:83-102, 1981:65-99 e 1984:85-110, respectivamente). Constatamos, nessa literatura, conquistas valorosas em direção à superação da dicotomia entre educação e vida rural. A partir dessas contribuições, poderemos suprir algumas necessidades fundamentais específicas da educação rural, particularmente, aquelas que dizem respeito ao conhecimento da materialidade do processo educativo no campo. Nessas elaborações, são enfocadas as relações sociais de produção, sobretudo em seus aspectos mais objetivos, sem o que as tradicionais especulações anulariam qualquer produção de um conhecimento realmente pedagógico.

Na perspectiva antropológica, também contamos com algumas contribuições, dentre as quais, as apresentadas por CARLOS BRANDÃO consideramos como expoente (Conf. 1983: particularmente cap. 1, 2 e 4). Aí, o eixo diretor parece se constituir da pes-

quisa e interpretação da cultura popular rural. Sem desconsiderar aquelas bases materiais da superestrutura em que se situam, denotam tais trabalhos as riquezas da herança cultural que a memória coletiva vem acumulando e reeditando ao longo de sua história. Parecem ainda trazer à discussão uma postura alienígena que teria afetado a escola rural.

Particularizando-se a região nordestina, com raras exceções, um volume bastante deficitário de estudos sistematizadores sobre o assunto nos parece um tanto paradoxal, pois que o volume de projetos centrados na educação rural, é bastante significativo (EDURAL, POLONORDESTE, FUNDAÇÃO EDUCAR, entre outros). Dentro dos limites do nosso conhecimento, registramos relatórios, análises e depoimentos de vários grupos atuantes, ligados ao MEC (Conf. 1986) às Secretarias de Educação, à Extensão Universitária, bem como a outras instituições que atuam paralelamente ao sistema oficial. A qualidade de tais trabalhos (salvo raras exceções), parece, não vem atendendo às expectativas ou exigências dos próprios técnicos promotores e/ou executores de tais iniciativas. *

Em nossas experiências com populações rurais, quer através da Secretaria de Educação da Paraíba, quer através da Extensão Universitária, muitas das concepções que referenciavam nossa prática foram abaladas, o que nos permite uma melhor compreensão das insatisfações aludidas. Revelaram-se essas concepções como idealizações ou caricaturas assimiladas ao longo do tempo, mesmo sem o aval de nossa consciência. *

Fala-se da psicologia do camponês, da especificidade de sua ideologia, de sua resistência à inovação. Invoca-se a *

preguiça, o nomadismo, o isolamento geográfico e cultural, pa
ra polêmicas explicações de sua performance.

Conforme a ótica da reflexão, políticas educacionais são definidas, conteúdos educacionais programados. Propõe-se uma educação rural em que a tecnologia agropecuária é veiculada em função do lucro multinacional, do interesse do latifúndio e da monocultura. Ensaia-se uma educação rural em que concepções políticas, muitas vezes, inspiram conteúdos tão desconectados das concepções camponesas sobre suas necessidades e interesses, que traduzem apenas uma filosofia abstrata, macrocômica, inacessível à compreensão daquelas populações, tanto quanto as destilarias e usinas implantadas em seu chão. Em seguida, critica-se a transposição de uma educação urbana para o campo.

De que pesquisas dispomos sobre a ideologia do camponês, hoje, particularmente do pequeno produtor rural do Nordeste?

Acreditamos que tais ideologias não poderão ser apenas inferidas da materialidade das relações de produção, vez que a história — seus resíduos, interpretações e reedições —, bem como o psiquismo individual, ao metabolizarem tais relações, no-las apresentam com novos feitios.

Para estudá-las, a estrutura aqui construída deverá expressar a necessária interrelação — ou denunciar seus desvios — entre a teoria e a prática, entre a militância e o acadêmico, o profissional e o político. São duas partes que se pretendem articuladas. Na I.^a delas, os conceitos temáticos (Cap. 1.1 e 1.2) são discutidos, confluindo para configurarem o referido objeto de trabalho. Com vistas a instrumentalizar-nos para a in

investigação — desejada como serviço educacional (Cap. 2.3) — evocamos algumas de nossas inquietações anteriormente aludidas, à medida em que justificamos nossa adesão à Pesquisa-Ação. Aí, comprometendo-nos com as concepções e princípios apresentados por THIOLENT e interpretando as suas demais proposições como a didática sugerida para este tipo de pesquisa, permitimo-nos dela destacar aqueles procedimentos por nós interpretados como essenciais à observância daquelas concepções e, assim, associar-lhe o "Teatro do Oprimido" de BOAL e o Cordel. Esperamos, desta forma, possam estes recursos se desempenhar dentro das peculiaridades rurais, particularmente daquelas que dizem respeito a esta tradicional forma de comunicação: o Cordel. Como convite à palavra, percebemo-lo como responsável pela qualidade da entrevista. Consideramos, igualmente, que sua leitura, feita no calor e contexto do teatro, possa se aproximar daquilo que THIOLENT designa como "campanha de sensibilização" (Conf. 1982:113), pois que devolve, socializa e analisa o dado coletado. Registre-se, porém, que, o Cordel apesar de produzido no firme propósito de manter fidelidade à mensagem, linguagem, psicologia e seqüência da entrevista, à qual corresponde, não foi tratado como matéria de análise, posto que, esta se efetiva a partir da fala original do entrevistado.

Na II.^a parte, pretende-se proceder a leitura do inventário arrolado no elenco de queixas, de dores e esperanças desses produtores. A visão da terra enquanto valor-de-uso parece transformá-la em CALO, TETO e PÃO (Cap. 3). Mas ela é também propriedade, isto é, relação social que, hierarquizada, vai colocar A TERRA NO PATAMAR DO PODER (Cap. 4). Em HOMENS E LUBISO-

MENS (Cap. 5) temos a terra mediando as trocas econômicas, as quais viabilizam a apropriação do trabalho camponês por aqueles que, diluídos e disfarçados em "fantasmas", difíceis se tornam de serem apalpados. Desvendá-los é preciso. Mantê-los não é preciso!

I.^a PARTE

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Reconhecendo que qualquer posicionamento metodológico veicula concepções conscientemente eleitas ou inconscientemente reproduzidas, objetivamos, aqui, explicitar aquelas que se colocam no horizonte de nossas percepções. Traduzir-se-ão elas, ora conceptualmente, ora como postulados, para se constituírem o contexto teórico dos vários momentos aqui contidos, particularmente da investigação e da pretendida análise. Embora cada um dos elementos constitutivos desse contexto mereçam atenção particularizada, pretendemos que a relação intelectual-povo se faça o eixo condutor a perpassar todo o trabalho, inclusive para a avaliação crítica dos desvios que, involuntariamente, vierem a ser cometidos.

Parece não ser difícil deduzirmos de GRAMSCI que a relação entre intelectual e povo deva se respaldar na interação entre estrutura e superestrutura, a qual não se dá mecanicamente, como bem resume o seu intérprete: "O caráter do vínculo entre estrutura e superestrutura, reflete-se exatamente nas camadas de intelectuais, cuja função é exercer esse vínculo; "PORTELLI (1977:84). Assim, poderíamos dizer que os intelectuais estão para aqueles com os quais se identificam, assim como a superestrutura está para a estrutura. Ora, como nos demonstra aquele autor, cabe à superestrutura o papel de organizar a estrutura, da qual não é apenas o simples reflexo (Conf. GRAMSCI, 1981:117-118). De igual forma, caberá ao intelectual o papel de conferir ao

"povo-nação" a homogeneidade de sua prática e de suas visões de la decorrentes, as quais, como a ação que lhes fecunda, apresentam-se desagregadas e contraditórias (Conf. GRAMSCI, 1981:15). E é a partir de tais pressupostos que o mesmo autor destaca que o intelectual "... desfruta de uma relativa autonomia em relação a estrutura sócio-econômica, da qual ele não é o "reflexo" passivo (...). Na ausência de uma tal autonomia, eles [intelectuais] permanecerão como as classes que representam, em um estágio econômico-corporativo." PORTELLI (1977:88). Para a superação de tal estágio, o intelectual, então, "desprende-se" do agir e do pensar processados ao nível estrutural. Todavia "... jamais se esquece de permanecer em contato com "os simples" e, melhor dizendo, encontra neste contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos." GRAMSCI (1981:18).

Diante dessas concepções e considerando as práticas informadas pelo populismo, questionamo-nos: qual a função do intelectual na retórica e na operacionalização de tal filosofia por parte dos seus adeptos? Objetivando compatibilizar estas posições com as acima resumidas, tentemos, ainda que muito sumariamente, caracterizar o populismo. Tomemos então de PAIVA, algumas reflexões aqui sintetizadas e consideradas como configuradoras deste movimento ou forma de atuação. Em sua análise, o populismo é-nos descrito como movimento em que seus adeptos explicitariam como pressuposto central a concepção, segundo a qual, "... as soluções para os problemas vividos pelo "povo" deveriam provir, em última instância, do próprio povo." PAIVA (1984:233). Assim, o intelectual aprendendo com o povo e conduzindo-o ao pensamento crítico, através de um trabalho de propaganda, de

"ida ao povo" para uma ação educativa, a longo prazo; a ação educativa como trabalho fundamentalmente de clarificação ideológica; uma radical atitude de não-diretividade; a perspectiva das relações interpessoais, e não de classe, no trato do poder, onde a promoção da pessoa humana polariza o empenho de todo o processo; o caráter moralista do julgamento deste poder e, ainda a elevação da experiência vivida à condição de fundamento da verdade, tudo seriam pois, os aspectos caracterizadores do populismo. (Conf. PAIVA, 1984: Passim).

A crítica formulada pela autora para o tipo de relação intelectual-povo acima caracterizada, deverá se constituir como advertência para nossos procedimentos, pois, esta relação "... conduz ou serve como justificativa para uma postura imobilista, em relação ao todo social. (...). Por detrás de uma posição populista pode, pois, ocultar-se um sinuoso autoritarismo, tão mais perigoso quanto menos clara e imediatamente identificável" PAIVA (1984:237-238).

Dessa forma, concluímos que tal procedimento não poderia proporcionar ao intelectual, nem aos que com ele se vinculam, as condições para a reciprocidade do pensamento dialético, como ocorre nas proposições gramscianas, inicialmente abordadas.

CAPÍTULO 1 - CONCEITOS TEMÁTICOS

1.1 A ideologia: concepções e critérios

Frente à complexidade da natureza da ideologia e à diversidade mesmo conceitual com que ela é tratada pelos diversos estudiosos, vale considerar alguns aspectos preliminares.

Destacamos, inicialmente, que do ponto de vista de sistematização de tais estudos "Não existe hoje em dia, nenhuma teoria inteiramente satisfatória da ideologia" MCLENNAN (1983: 9-10).

Observa-se, na literatura relativa ao tema, que é a partir do avanço proporcionado por Marx, particularmente em *A Ideologia Alemã*, ao destacar a materialidade da ideologia, que se encontram contribuições significativas como as de Althusser, Lukács e Gramsci. São critérios bastante diferentes os utilizados por estes autores em suas elaborações conceituais, mas, todos a analisam a partir de uma base material.

Em Althusser, a ideologia é concebida de diferentes formas.

Como instância do todo social ele no-la apresenta como condição estrutural da sociedade: "A ideologia faz, pois, organicamente, parte, como tal, de uma totalidade social. Tudo se passa como se as sociedades humanas não pudessem subsistir sem essas formações específicas, esses sistemas de representações (de diversos níveis) que são as ideologias" ALTHUSSER (1979a: 205). Em tal concepção, nos chama a atenção a amplitude atribuída à ideologia, amplitude esta, peculiar a todo componente es-

trutural e, desse modo, parecendo ela ser entendida como altamente envolvente. Aí, ela também é analisada como o passado da ciência: "Sem entrar nos problemas das relações de uma ciência com o seu passado (ideológico) ..." (1979a:204). Poderia então ser a ciência interpretada como indicativo de uma potencialidade da ideologia, ou seja, como sendo a ciência equivalente ao seu vir e ser. Mas, tanto aquela amplitude como esta suposta potencialidade, na mesma obra, se desconfiguram, pelo menos para o educador, ganhando conotação negativa, pois, Althusser nos apresenta a ideologia como profundamente inconsciente (Conf. ALTHUSSER, 1979a:206).

Posteriormente, embora nos afirme que a ciência possa nascer da ideologia, ele a analisa em contraposição ao conhecimento científico. Referindo-se à história do desenvolvimento do conhecimento, nos diz: "Começamos a conceber esta história como assinalada por descontinuidades radicais (por exemplo quando uma ciência nova se destaca sobre o fundo das formações ideológicas anteriores), por remanejamentos profundos, que, se respeitam a continuidade da existência das regiões do conhecimento (e ainda nem sempre é o caso) inauguram em sua ruptura o reino de uma lógica nova, que, longe de ser o simples desenvolvimento, a "verdade" ou a "inversão" da antiga, toma literalmente o seu lugar" ALTHUSSER (1979b:46). Tal posição poderia significar um convite ao agente político, ao educador, no sentido de que seu trabalho pudesse caminhar em direção a esta passagem, qual seja, a da superação da ideologia pela ciência e assim, obter a promoção humana desejada. Entretanto, ao eliminarmos a ideologia — pela sua "ruptura" e pela inauguração de uma "lógica no-

va" - com ela se eliminaria muito daquilo que se produz e que alimenta a própria alma do povo, de nossa cultura, de nossa história, de nossas representações, do nosso potencial de lutas.

Por último, entendemos que ele nos apresenta a ideologia, não mais no âmbito da estrutura social nem do conhecimento, e sim como função da relação que o indivíduo mantém com a realidade: "A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência". ALTHUSSER (1983: 85). Como se pode observar, não é, nesta definição, o real-manifesto que está representado na ideologia, nem é a relação do homem com esta realidade que constitui a concepção ideológica. Seria sim, a ideologia, aquilo que o indivíduo imagina sobre sua relação com o real. Além do mais, vejamos que é de maneira deformada que se dá esta imaginação: "... toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária..." ALTHUSSER (1983:88). Este caráter ilusório, negativo da ideologia é resumido pelo mesmo autor quando formula: "Ideologia = ilusão/alusão" (1983:88).

Teríamos, portanto, a ideologia como uma relação do indivíduo com a realidade, porém, de maneira deformada, ilusória, inconsciente, que se opõe à ciência e que, portanto, passaria a informar uma prática social reprodutora, em que o sujeito não pertencente àquela classe social que elabora o corpo de idéias, de conhecimentos não ideológicos capazes de explicar e desvelar a realidade, estaria fadado à dominação. A ideologia em tal perspectiva é tratada de modo que "... submerge à teoria de dominação ..." GIROUX (1983:40).

Em Lukács, para compreendermos a ideologia, necessário se faz que tenhamos mais ou menos clara a relação que ele estabelece entre ela e alguns conceitos marxistas. Um deles é o de mercadoria, cuja caracterização, não se faz a partir do excedente das necessidades de consumo do produtor de alguma coisa útil, mas sim, se fará à proporção que um produto se torna expressão não dele próprio, nem daquele com o qual será permutado, mas sim, de um terceiro termo. Ou seja, aquele determinado produto que inicialmente, é apenas destinado ao uso, isto é, que tem, que é um valor-de-uso, passa a ser condição de um meio de troca, o que equivale a dizer a ser uma mercadoria (Conf. MARX, 1982c: 70).

Como é sabido, o sistema de permutação, de troca desses produtos - valores-de-uso -, mediatizados por um terceiro termo (valor), poderá ocorrer em duas modalidades: de maneira particular, não generalizada, e, de forma universal, isto é, de modo a permear, a dominar toda a sociedade. Neste último caso tem-se o capitalismo, no qual, as relações mercantis não somente se generalizam como dominam o corpo social (Conf. LUKÁCS, 1974:99).

Aí, o fetichismo - poder que as coisas exercem sobre as pessoas (Conf. MARX, 1982c:81) - é tomado por Lukács, de modo particular, o fetichismo da mercadoria, apontando-o como base para o entendimento da ideologia. É o próprio Lukács quem explica tal destaque: "... pressupondo as análises econômicas de Marx - para as questões fundamentais que decorrem, por um lado, do caráter fetichista da mercadoria como forma de objetividade, por outro, do comportamento do sujeito que lhe está coordenado, questões cuja compreensão basta para permitir uma visão clara

dos problemas ideológicos do capitalismo e do seu declínio" LUKÁCS (1974:98). Em tais proposições, o comportamento do sujeito se vincula fortemente ao fetichismo da mercadoria. Resta-nos ver de que forma é explicitada tal vinculação pelo autor em apreço. No capitalismo, a relação mercantil ao assumir a dominação sobre todos os setores e aspectos, objetivos quanto subjetivos do todo social, impõe igualmente, a transformação da força de trabalho (energia humana gasta no trabalho) à condição de mercadoria e a submissão da consciência à sua estrutura. Assim, é que Lukács vai se valer da reificação que corresponde à percepção de que as coisas, objetos, mercadorias sejam dotadas de características sociais, humanas e ainda, capazes de impor este fenômeno como natural, e não como, extraordinariamente estranho. A humana relação daquele que produz, perde então suas características intrínsecas apresentando-se-lhe como algo externo, como uma relação entre objetos. A descaracterização da subjetividade em função de sua objetivação, constituiria pois, a reificação (Conf. LUKÁCS, op. cit.:100).

Temos, pois, a mercadoria como generalidade objetiva e subjetiva do todo social, imprimindo no homem as marcas que o dispõe para a atitude de ver-se a si próprio e as suas relações como coisas externas a ele. Segundo Lukács, desta atitude, isto é, da reificação, é que emana a "falsa consciência", expressão com que ele designa a ideologia. Lukács a concebe, pois, no contexto da relação mercantil, afirmando que esta "Imprime a sua estrutura a toda a consciência do homem" LUKÁCS (Op. cit.:115).

Uma consciência assim emanada das distorções impressas

pela reificação, que por sua vez se constitui em resposta ao fetichismo da mercadoria, não poderia ser outra, senão "falsa". A ideologia, assim concebida, é apontada por este teórico como uma força motriz da história. Para tanto ele recorre ao que antes já dissera Engels: "... as muitas vontades individuais na história produzem na maior parte das vezes, resultados muito diferentes dos resultados desejados, pelo que, por conseguinte, os seus móveis são apenas de importância secundária para os resultados do conjunto." ENGELS (apud LUKÁCS, Op. cit.:60).

Não sendo, pois, as vontades individuais que fazem a história, resta então atribuir a esta "falsa consciência" tal poder. E é exatamente nesta perspectiva que Lukács dirige o seu apelo no sentido de que seja ela assim estudada (Conf. LUKÁCS op. cit.:63).

Na perspectiva pedagógica em que pretendemos refletir, entendemos que a função social da ideologia deva se constituir como crivo, como critério teórico para a avaliação das diferentes proposições relativas aos conceitos que lhe são atribuídos. Contraopondo a ciência à ideologia, parece utilizar, na definição desta última, o critério de oposição entre o que é tomado como verdade e falsidade.

Ora, a ideologia como "falsa consciência", como derivação direta do econômico, parece não trazer a potencialidade, a esperança de que se nutre a educação, particularmente quando comprometida, como fator contribuinte da transformação social.

Reconhecemos que, na análise de Lukács, as bases econômicas da gênese ideológica nos são apresentadas de forma bastante esclarecedora. Ao conhecê-las, mesmo que dentro dos limites

de nossa leitura, advertimo-nos para pensar melhor a materialidade da ideologia, de forma global, social. Nele, a vinculação fisiológica entre a atividade econômica e a ideologia parece nos assegurar a integração orgânica entre estrutura e superestrutura, ou seja, a ideologia fica situada sempre na totalidade da sociedade. Entretanto, apesar do referido autor expressar sua convicção relativa ao proletariado como mensageiro único da verdade histórica (Conf. LUKÁCS, op. cit.:17), não nos esclarece como a ideologia poderia se liberar das algemas do fetichismo e da reificação em função da construção histórica.

Em oposição a tal visão, dado que é exatamente no âmbito da história onde é reconhecida a validade da ideologia, Gramsci afirma: "Enquanto historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é a validade "psicológica", "organizam" as massas humanas, formam o terreno em que os homens se movem, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc" GRAMSCI (1978b:65).

A pluralidade acima referida - as ideologias - advém da distinção relativa à natureza do vínculo histórico entre as diversas formas de conceber o mundo e as estruturas econômicas, do que resulta a classificação em ideologias orgânicas e "arbitrárias". Neste teórico, o conceito de orgânico é utilizado para designar o grau de significação que certo fenômeno ou movimento tem na transformação do modo de produção (Conf. HALL et alli, 1983:62).

Para GRAMSCI, as ideologias orgânicas poderiam ser caracterizadas por serem historicamente necessárias a uma estrutura econômica, enquanto as ideologias arbitrárias que se lhes contrapõe^m seriam racionalistas, "queridas" (Conf. 1978b:65).

Neste contexto, podemos melhor compreender seu julgamento relativo à validade histórica das ideologias orgânicas, lembrando-nos de que o critério que serve de base para esta classificação é um critério político, isto é, refere-se ao poder organizativo da ideologia em que a adesão das massas a uma idéia ou movimento se constitui o seu critério de verdade (Conf. HALL et alli. op. cit.:71).

Crivadas neste critério, as ideologias arbitrârias, que não se vinculam a nenhuma classe fundamental, são então consideradas de pouca ou nenhuma validade histórica.

Outra distinção que muito contribui para o entendimento do que seja ideologia é a relativa aos seus graus: "Gramsci distingue diversos graus qualitativos que correspondem a determinadas camadas sociais: na cúpula a concepção de mundo mais elaborada: a filosofia; no nível mais baixo, o folclore. Há entre esses dois níveis extremos, o "senso comum" e a religião". PORTELLI (1977:24). A diferença qualitativa entre os vários graus é devida ao fato de que a concepção elaborada pela classe dirigente, ao alcançar as demais classes, não é simplesmente copiada, fielmente pronunciada, pois que, em tal movimento, ela sofre uma reelaboração, uma "acomodação" no sentido do termo como empregado por Piaget.

A filosofia é uma direção da vontade, uma elaboração de rigor lógico: "O filósofo profissional ou técnico não só pensa com maior rigor, com maior coerência, com maior espírito de sistema do que os outros homens, mas conhece toda a história do pensamento, isto é, sabe quais as razões do desenvolvimento que o pensamento sofreu até ele..." (GRAMSCI (1981:34-35)).

Ocorre que as filosofias das massas, ou seja, o "senso comum", ao contrário das filosofias dos filósofos, caracteriza-se por ser uma concepção desagregada, ocasional, acrítica e incoerente (Conf. GRAMSCI, 1981:143).

Assim sendo, o "senso comum" tão negativamente caracterizado, decorrendo, parcialmente, da função de dominação, parece não ter validade social para os seus portadores. Entretanto, a concepção gramsciana demonstra o contrário. Retirando da linguagem popular a expressão 'tomar as coisas com filosofia', Gramsci considera tal interpretação como bastante indicativa de uma certa sabedoria popular: "... um convite implícito à resignação, a tomada de consciência de que aquilo que acontece é, no fundo racional e que assim deve ser enfrentado concentrando as próprias forças e não se deixando levar pelos impulsos instintivos e violentos..." GRAMSCI (1981:16 e 33).

A função prático-social do senso comum se exerce de modo que "... a classe dirigente busca obter o consentimento dos governados através da difusão de uma ideologia unificadora, destinada a funcionar como cimento da formação social" FREITAG (1980:37).

Este cimento, esta unificação do todo social constitui a hegemonia ou seja, a dominação ideológica da classe dirigente sobre as demais, no seio da sociedade civil.

Assim, por um lado, o consentimento popular necessário à dominação e o "bom senso" (busca da explicação racional da realidade) vão favorecer a unidade ideológica da sociedade e, portanto, a dominação. Por outro lado, eles próprios vão se constituir como lutas de classes, posto que é na liberdade que o

consentimento se opera e as classes dirigidas, portanto, têm o seu espaço, o seu momento para a formação e difusão de uma contra-ideologia.

Ora, considerando-se que "Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica..." GRAMSCI (1981:37), concluímos que, para haver hegemonia, necessariamente haverá aprendizagem e, conseqüentemente, para que haja uma contra-ideologia, igualmente terá que ser pela aprendizagem.

Questionamo-nos então: dentro de que parâmetros serão identificados os conteúdos de tal aprendizagem contra-ideológica? Evidentemente os interesses da classe trabalhadora irão orientar tais conteúdos, mas nela, por razões históricas, sendo a ideologia, indigesta, incoerente e difusa, como distinguir aqueles conteúdos contra-ideológicos, senão pelo levantamento junto a essa classe, cujos resultados deverão ser confrontados com a história. É o próprio Gramsci que nos aponta: "O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um "conhece-te a ti mesmo" como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços, recebidos sem benefícios no inventário" GRAMSCI (1981:12).

Mas inventariar a história, tomar dela consciência, poderá ocorrer dentro de uma estrutura econômica capitalista em que nem sempre a hegemonia predomina e a sociedade política se exerce ditatorialmente? Como Gramsci concebe que a estrutura econômica e a superestrutura não são esferas que se confrontam mas que se complementam, de modo que pode a primeira passar, como momento, para ser a elaboração da segunda, em forma de consciência

- "catarse" - (Conf. GRAMSCI, 1978b:57), acreditamos que sim.

Nesta salvaguarda teórica, respaldemos nossa esperança, nascida e alimentada nessa imensa alma doída, mas verde. E é nessa perspectiva que se faz necessário que nos voltemos para o pequeno produtor rural, em nosso caso, sujeito nessa esperança. No tema aqui tratado, a complexidade não é exclusiva do conceito de ideologia, mas também das concepções relativas à pequena produção.

1.2 O Pequeno produtor rural: parâmetros e delimitação

No que tange à pequena produção, constatamos, na literatura relativa ao tema, as mais diferentes posições. Nosso esforço em delimitá-la e, portanto, em defini-la para efeito deste trabalho, se orientará na perspectiva em que tentamos nos manter: a pedagógica, portanto, superestrutural.

Ao pretendermos estudar a ideologia do pequeno produtor rural, com vistas a uma prática pedagógica, entendemos que sua delimitação é de fundamental importância, pois, em nossa hipótese, definir a pequena produção significa posicionar-se frente à questão, tão obscura em nossas leituras, relativa à especificidade do processo educativo rural, dentro ou fora da escola.

Reconhecendo a complexidade das dificuldades existentes na pedagogia - e também na sociologia -, com relação a esta especificidade, não nos propomos superá-las. Pretendemos, apenas, nos exercitar no redirecionamento de algumas posições, frequentemente assumidas por profissionais e instituições que se têm,

pedagogicamente, voltado para o campo. Aludimos, por exemplo, àqueles que, ao se referirem à educação rural, o fazem explicitando apenas, o espaço físico em que ocorre esse processo. Tal concepção parece presidir os trabalhos resultantes da política oficial da educação brasileira, ao longo de sua história, tão bem expressa através das Secretarias da Educação das unidades federadas. Este critério "geográfico", de fato, veicula a negação do antagonismo de classes, em nossa sociedade. O vazio desta inconsistência conceptual impele os seus usuários a recorrerem ao folclore e ao regionalismo caricaturados, cujo empenho político pretende, no mínimo, esvaziar a luta de classes.

No exercício, aqui pretendido, consideramos que buscar nas relações sócio-políticas os elementos conceituais da pequena produção é condição necessária à busca daquela especificidade de superestrutural na pequena produção.

Registramos, inicialmente, que "... é impossible definir la palabra campesinado com una precisión absoluta debida a que son borrosas las distinciones en las márgenes de la propia realidad." MOORE (Apud LANDSBERGER, 1978:18).

Dentro de nossos limites, interpretamos a existência de dois enfoques no trato da pequena produção, ao nível da literatura: o primeiro, cuja elaboração se dá dentro de parâmetros estruturais, e o segundo, que se configura a nível da política.

Na perspectiva estrutural, os critérios definidores que predominam são tomados do âmbito da organização material da produção. Engels, por exemplo, a define de forma bastante restrita: "Por pequeno produtor entendemos aqui o proprietário ou arrendatário (...) de um pedaço de terra não maior do que ele pos

sa cultivar, de modo geral, com sua família, nem menor do que o que possa sustentá-lo e aos familiares." ENGELS (1981:62). Como se observa, a medida da terra é o critério principal que define, aí, a pequena produção. A partir de tal definição, considerada a situação atual dos sujeitos pertencentes às subcategorias aí citadas, ficariam excluídas da pequena produção não apenas outras tantas subcategorias (parceiros, foreiros, "alugados" e outros) como ainda, parte significativa dos próprios pequenos proprietários e dos pequenos arrendatários, pois, muitos desses não mais dispõem de terra suficiente para a sustentação própria e familiar.

Parece ser esse critério que vai consagrar, na literatura, a classificação dos produtores rurais em pobres, médios e ricos, como se pode constatar em LÊNIN (Conf. 1980b, vol. 3:128-130), em MAO TSE TUNG (Conf. 1979, t. 4:383-386) e em seus seguidores.

Dentro desses parâmetros estruturais, em nosso meio, SILVA nos apresenta quatro elementos fundamentais para a definição dessa produção, a saber: a família como unidade de produção, a posse total ou parcial dos instrumentos de trabalho, a produção direta da subsistência e, finalmente, o controle da terra através da propriedade ou da posse que mediatiza a produção como mercadoria. (Conf. 1980:3). Embora reconheçamos a pertinência desta caracterização para outros fins, nela deparamos com algumas dificuldades. Em primeiro lugar, a tendência para o desaparecimento da prática do foro pode explicar que o trabalhador, no empenho de obter este tipo de contrato, ao conseguí-lo, submeta-se a deslocar-se do ambiente familiar (dado que

este contrato é feito por curto prazo e freqüentemente em lugares distantes) para, individualmente, arriscar-se em seu processo de produção. Assim, o caráter familiar da produção se desconfigura, provocando o impasse teórico sobre a inclusão ou não de tal sujeito na pequena produção, com base nos elementos acima citados. Por estes, seria também excluído o contingente dos trabalhadores sem terra que, enquanto assalariados temporários ou, enquanto desempregados e "desocupados", parece se aproximar daquilo que MARX designou como lumpem-proletariado (Conf. O.E. vol. 1:209), embora, social e ideologicamente, se apresentem como pequenos produtores rurais. Finalmente, aqui registramos — e com destaque — que o perfil deste produtor desenhado, a partir daqueles elementos caracterizadores, não dirige a nossa atenção para as suas relações sociais e políticas, o que para o estudo da ideologia, certamente seria conseqüente.

Como SILVA, vários outros autores, inclusive na sua condição de pesquisadores no Nordeste, situam suas concepções no âmbito imediato da produção. É o caso de SORJ, que afirma: "A característica principal desse grupo é a combinação permanente entre as atividades exercidas dentro do minifúndio, com a venda de sua força de trabalho a outros estabelecimentos rurais ou mesmo a empregadores urbanos." (1980:130).

Em termos similares, identificamos HEREDIA, que não só concebe a pequena produção dentro do parâmetro estrutural, mas também nele vai constituir o seu objeto de trabalho, diante do que defende: "A literatura especializada destacou o caráter específico que a unidade camponesa possui. Essa especificidade provém do fato de que ela é, ao mesmo tempo, unidade de produção

e unidade de consumo..." (1979:17).

Por outro lado, ao refletirmos sobre as análises efetivadas no plano eminentemente político, percebemos que, ao invés de parâmetros econômico-estruturais (em que a organização desse processo de produção é que inspira os critérios definidores da pequena produção), as relações sociais, que se estabelecem a partir de tal processo, vão constituir o elemento central de tal conceituação. Entendemos que, nesta perspectiva, se situa ALAVI, o qual, ao analisar os papéis desempenhados pelas diferentes frações dos produtores rurais, nos casos da Rússia, da China e da Índia, critica o clássico uso da classificação anteriormente abordada (pobres, médios e ricos), a qual, ao invés de visar a relação de classes, baseia-se na medida da riqueza (Conf. 1969:303). Apresenta-nos então, a totalidade social rural dividida em três setores: "Temos, por conseguinte, um setor de camponeses independentes e dois outros setores caracterizados por uma relação de senhor e subordinado" ALAVI (1969:304). Este critério nos remete, claramente, para a questão da dominação/subordinação, o que consideramos por demais significativo para este trabalho.

Em nosso meio, PALMEIRA, a partir de diversos autores, mas principalmente de Alavi, igualmente relativiza aquela classificação, indicando outros critérios que extrapolam a organização da produção (Conf. PALMEIRA, s/d).

PINTO, cujos trabalhos são comprometidos com a educação rural, apresenta-nos as mais variadas características (dentre estas, a família como unidade de produção e consumo), através das quais vai conceber o pequeno produtor em sua diferenciação

das demais classes sociais. Segundo sua visão, a partir de tais características, passariam, então, integrar a pequena produção — o campesinato: os pequenos proprietários, os pequenos arrendatários, os posseiros, os ocupantes, os parceiros, os sem-terra, os assalariados temporários e mesmo o proletário rural (embora tenha este autor incluído naquelas características a família como unidade de produção e consumo) (Conf. 1981:75-76).

Chama-nos a atenção o fato de aqueles autores que atribuem, de forma consistente, uma maior amplitude ao campesinato, fazem-no, a partir de sua confrontação com a classe que se lhe opõe. Ou seja, no plano da política, o campesinato aparece como um todo, embora não homogêneo. Neste caso, por mais que variem as posições teóricas dos estudiosos, que se diversifiquem os momentos que o contextualizam não o consideram em torno de suas diferenças internas, mas sim, a partir de suas semelhanças. Esta necessidade se impõe, até mesmo em MARX, que, ao tratá-lo politicamente, designa-o como "saco de batatas" ou como "grandezas homólogas" (Conf. O.E. vol. 1:277), ou, como em HOBBSAWM, que se vale da idéia de um "continuum" para se referir a este todo (Conf. 1978:43).

Em nosso trabalho, optamos pelo critério indicado por ALAVI, embora, em nossa interpretação da realidade, sintamos necessidade de, em função de sua aplicação, tecer alguns comentários. Consideramos que o critério de subordinação/dominação por ele utilizado, embora, suficientemente útil ao desvelamento do antagonismo existente entre as classes sociais, nos levaria, inicialmente, a incluir nele até os proletários rurais, pois, par-

tualmente estes mantêm este tipo de relação, clara e plenamente, em todo o seu processo de trabalho, com o agente dominante. Acreditamos que estes trabalhadores, no entanto, têm seus interesses e necessidades identificados mais com os dos trabalhadores urbanos (da indústria, da construção civil, além de outros setores) do que com os pequenos produtores rurais. Reforça esta nossa interpretação a auto-percepção destes trabalhadores. No entanto, respaldados em tal critério poderemos encontrar como indicativo de uma suposta especificidade camponesa, o momento e a forma em que se processa este tipo de relação. É que entendemos que, na pequena produção rural, embora as relações sociais estejam subordinadas aos movimentos do capital, este não exerce seu domínio diretamente a nível das relações de trabalho. Quando isto ocorre, processa-se de forma parcial (assalariamento temporário). Nossa hipótese é a de que, para efeito de estudo da ideologia camponesa, tal concepção poderá apresentar grande significado. Aqui, vale destacar alguns esclarecimentos relativos ao emprego da expressão "relações de trabalho." Empregamo-la no sentido em que MARX a utilizou, ao diferenciá-las das relações de produção. Neste autor, o processo de trabalho "... é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural e eterna da vida humana (...), sendo antes comum a todas as suas formas sociais." (1982c:208). A generalidade de tal conceito autoriza que o consideremos como equivalente do próprio trabalho e, como foi acima enunciado, nele não há impressa qualquer forma histórica. Entretanto, à medida

que se processa a evolução da história das sociedades, à medida que o tomamos de forma situada nesta evolução, se imprimem formas particulares de sua realização. "A atualidade pois, do processo de trabalho está em ele existir no contexto de uma formação econômico-social dada, cujas características são corporificadas na forma pela qual o trabalho está subordinado ao agente social hegemônico no processo produtivo." LIMA (1983:37). Nas sociedades capitalistas, esta atualização do processo de trabalho implica a subordinação deste ao capital, agente social hegemônico, isto é, às condições que asseguram não apenas o provimento das necessidades materiais da existência humana como também a garantia de que esta forma de subordinação se reproduza.

Assim, aquele sujeito que, em seu processo de trabalho agrícola ou pecuário, não esteja submetido diretamente a um dominador personificado (no próprio proprietário de terras, no capitalista ou no seu agente), mas que tenha suas relações sociais gerais coordenadas pelo capital e por ele explorado, constituiria o sujeito de nosso trabalho. Ficam excluídos, portanto, os proletários rurais, por estarem, nesse processo, subordinados ao agente do capital, diretamente. Incluídos, então, na pequena produção, teremos: o pequeno proprietário, o pequeno arrendatário, o posseiro, o foreiro, o meeiro, os sem-terra desempregados ou "desocupados" que experimentam significativa autonomia no processo de trabalho, cujas relações sócio-políticas lhes permitem, inclusive, referenciar suas relações, quando da complementação de renda (assalariados temporários).

Supomos que algumas implicações advêm desta postura. Uma delas poderá situar-se já a nível da investigação, convidando-

nos a permanecermos atentos para uma provável diferenciação ideológica que poderemos tomar como limite entre a lógica de subsistência e a lógica de acumulação. Outra implicação situamos na pedagogia. Entendemos que deva ser nesses pequenos produtores, assim caracterizados, que se deverão inspirar os fins educacionais, ou seja, no campesinato como um todo, e não nas diferenciações que distinguem as subcategorias aludidas. Em outras palavras: registramos a necessidade de nos advertirmos, para que os objetivos da educação rural sejam eleitos, de modo que a apropriação do trabalho a nível da circulação dos produtos e a expropriação do trabalhador no campo possam ser desveladas. Entreter-se com as diferenciações internas, ou mesmo com aquelas oriundas da divisão cidade - campo é esquecer que tais diversidades resultam de uma só necessidade: a da expansão do capitalismo.

Por outro lado, reconhecemos que aquelas dessemelhanças entre as várias subcategorias do campesinato são dados de realidade, impondo-se e devendo ser consideradas, quando da seleção dos conteúdos que instrumentalizarão a consecução daqueles fins ou objetivos educacionais.

CAPÍTULO 2 - A PESQUISA

2.1 O objeto

Para delimitar nosso trabalho frente à ampla abrangência do tema ideologia, retomêmo-la em seu significado conceitual. GRAMSCI designando-a através dos seus equivalentes, concebe-a como "filosofias", "concepções do mundo", "sistemas de pensamento" e "forma de consciência" Apud HALL (1983:61). As ideologias, embora sejam consideradas como superestruturas, enquanto tais, não poderão ser tomadas em caráter "puro", podendo ser essas ideologias momentos da estrutura na consciência (Conf. GRAMSCI, 1978b:57), dilata-se essa concepção. Entretanto, dentre as ideologias, nem todas apresentam esta organicidade. E é por este caráter orgânico que este autor as distingue em ideologias orgânicas e arbitrárias. Enquanto estas últimas correspondem a concepções que "... não criam outra coisa senão movimentos individuais, polêmicas..." GRAMSCI (1978b:65), as ideologias orgânicas se caracterizam por serem historicamente necessárias às estruturas econômicas, vinculadas a uma classe fundamental, com poder socialmente organizativo, através das quais os integrantes das classes fundamentais (...) se movem, adquirem consciência de sua posição e lutam" GRAMSCI (1978b:65).

Ora, sendo a educação concebida como a passagem de um nível ideológico mais elementar para outro mais sistemático (Conf. GRAMSCI, Apud Snyders, 1977:280) e, ao ser reconhecida como prática política, justifica-se a atenção dispensada às ideologias orgânicas. Em se tratando da educação rural, isto é, da

educação voltada para a pequena produção, indagamo-nos: dentre as relações sociais desses produtores, quais as que veiculam as ideologias orgânicas? Em que espaços ou movimentos elas se fecundam, se expressam e se desenvolvem?

À falta de um referencial teórico específico sobre tal questão, pressupomos que as ideologias dos pequenos produtores rurais, concernentes à sua relação com a terra, com o poder e com o mercado, podem ser caracterizadas como orgânicas. Constituem-se, pois, estas ideologias como objeto do nosso trabalho. //

Tal organicidade cremos justificada, nestes produtores — categoria de uma classe fundamental —, por se constituírem essas ideologias como historicamente necessárias às estruturas econômicas (pois, sem as quais não se realizaria a hegemonia político-econômica dos agentes do capital), e ao se traduzirem como espaços em que esses sujeitos se organizam e se mobilizam (como se tem observado, desde os movimentos messiânicos até os nossos dias).

Na composição de tal objeto a terra será tratada como elemento-pólo de nossas atenções. Tal tratamento é devido ao fato de interpretarmos que ela se coloca como mediação nas relações que se efetivam entre os pequenos produtores rurais, quer com a natureza, quer com o Estado ou com o mercado. Assim, será a terra tratada como prisma, através do qual serão analisados os demais constitutivos desse objeto.

Dentre os fatores de determinação no tratamento ou análise dessas ideologias, destacamos, em primeiro lugar, o reconhecimento de que, em nossa sociedade, o desenvolvimento econômico se faz de maneira desigual e combinada (Conf. OLIVEIRA,

1981:27) e de que tal padrão, na agricultura, se traduz na convivência de relações não tipicamente capitalistas com relações caracterizadoras deste modo de produção. Outra contradição que igualmente merece nossa atenção é aquela que se especifica na relação entre capital e propriedade, isto é, entre o capitalismo e a propriedade fundiária.

Do ponto de vista das ideologias, lembremo-nos de que contradições, incoerências e fragmentações são próprias do pensamento não sistematizado, ou seja, das ideologias ao nível do senso comum. Tais características implicam pois, admitir, que, afora as contradições oriundas diretamente do capital, sejam encontradas na visão camponesa, outras incoerências e fragmentações do conhecimento elaborado a partir da realidade manifesta, empírica e não abstraída.

Cumprido, pois, que busquemos compatibilizar, nas ideologias, as contradições inerentes ao capitalismo, com aquelas resultantes de elaborações construídas a partir da empiria deste modo de produção.

Outra preocupação prende-se à adoção do conceito, segundo o qual, aqui, é entendido por pequeno produtor rural o sujeito cujo processo de trabalho não está diretamente subordinado à dominação de um agente do capital, embora suas relações sociais — inclusive as de produção — sejam coordenadas ou requeridas pelos movimentos e necessidades deste mesmo capital. Este conceito impõe que a estrutura de análise seja tal que nos permita considerar as ideologias desses sujeitos postos, quer internamente, nesse processo de trabalho (isto é, colocado frente ao valor-de-uso da terra), quer externamente, diante da sociedade

global. Neste caso, a abordagem do poder traduzirá a tentativa de reflexão sobre as ideologias no plano predominantemente político, enquanto que, nas relações mercantis tentaremos analisá-las ao nível mais específico da economia dessa sociedade.

Finalmente, eleger a pedagogia como perspectiva para esta reflexão implica comprometermos nossos esforços na direção do processo de aprendizagem, tanto daquele que se efetiva a partir da dominação, quanto do processo que se realiza como contra-face desta dominação. Ora, "... se cada relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica..." GRAMSCI (1978b: 46), podemos admitir que toda relação contra-hegemônica é também um ato de aprendizagem. Cabe, pois, guiar nossas buscas, no sentido de que sejam privilegiados os espaços que, conforme se supõe, constituem o "locus" do conhecimento mais significativo, isto é, os espaços onde se processam as ideologias orgânicas, direta ou indiretamente responsáveis por atitudes políticas do pequeno produtor rural. Priorizando assim, determinadas abordagens ou enfoques, estaremos tentando identificar vertentes ou matrizes para posterior seleção de conteúdos educacionais e subsídios metodológicos capazes de alimentar a formação de contra-ideologias, na perspectiva de uma educação emancipatória.

E para que possamos nos aproximar do perfil dos sujeitos — que em nosso caso, representam os destinatários dessa educação, vejamos aqueles seus caracteres mais significativos.

2.2 Caracterização dos sujeitos

Dentre os aspectos que compõem suas realidades, um dos que consideramos mais significativos em suas ideologias, é o contexto econômico-social que os situa e que, conforme interpretamos, constitui a base material de suas visões.

Nossa pesquisa se desenvolveu junto a dois grupos de pequenos produtores rurais (cada um dos quais registrados nos indicativos referenciais das entrevistas, quando das citações de suas falas, através dos números um e dois, nos capítulos 3, 4 e 5).

O primeiro destes grupos situa-se na localidade que designaremos como Sítio Mourão, encravado no município aqui denominado Alviçaras. Este município, por sua vez, situa-se na microrregião homogênea agropastoril do Baixo Paraíba.

O segundo grupo situa-se no local que chamaremos de Acauã, localizado no município simbolicamente denominado de Timbiras, na microrregião homogênea do litoral paraibano.

Caracterizam estas duas microrregiões o fato de pertencerem elas à zona canavieira da Paraíba e, de, juntas, serem responsáveis por 75/80% da produção de cana do Estado da Paraíba (Conf. Relatório do SEDUP, 1986:7), bem como de possuírem onze das treze usinas da zona canavieira paraibana. Dentre estas usinas, nove se localizam no litoral paraibano, das quais apenas duas não operam com destilarias. E duas outras na microrregião do Agropastoril.

O município de Alviçaras, como o de Timbiras, configura-se como espaço em que a expansão territorial da cana apresen-

tu, já em 1980, uma predominância sobre as áreas utilizadas para a produção de alimentos (Conf. EGLER, 1985:12).

Particularizando-se a localidade do Sítio Mourão (Grupo 1) tem-se o reflexo visível dessa situação, como bem se pode observar nos trechos abaixo transcritos:

Nos vieses do caminho, íamos registrando. Às vezes, um simples pé-de-mandioca, quase poema naquele entardecer: de pé, verde e ilha, naquele canavial circundante!

No trabalho, as imagens se repetiam: um corpo curvo, vergado pelos anos, colocava sementes nas covas; outro - mais próximo do ventre-mãe - mantinha-se ereto na frente daquele, com pão cilindrado nas mãos, produzindo os furos-nichos na terra em leiras. Criança, eu diria, não fosse tal conceito alí modificado. Assim, pai e filho semeando o fruto a ser apropriado.

Trecho do Relato de Viagens, escrito em 9-3-86.

O medo e a desconfiança parecem constituir o carimbo mais vivo desenhado em suas relações, particularmente diante de estranhos, certamente produzido ao longo de suas histórias, nas quais se inscrevem as Ligas Camponesas. Ilustra-o o relato abaixo, que descreve o nosso segundo contato com este grupo.

Chegando em Alviçaras, dirigi-me ao ponto de ônibus [do Sítio Mourão]. A avenida deserta me remetia às padarias e postos de gasolina, em busca de informações:

- Pra Mourão, sô há ônibus nos dias de aula, que tem estudante. No fim de semana não vai.

De carro fretado, lâ íamos eu e o motorista, cada um com suas expectativas e curiosidades.

Chegando em Mourão, animei-me. Era Seu Raimundo, sentado naquele calçada. (...) Antes que o cumprimentásemos, inquieto ele pergunta:

- Espere, e vei de frete?

- É. Como tínhamos assumido o compromisso e não tinha ônibus...

- Mas não vai dispensar o rapaz não? Porque daqui não tem como sair.

- Bom... vamos ver...

Pedí ao motorista que aguardasse um pouco. Sentei-me ao lado do "velho", com o coração, a sacola e a bolsa nas mãos:

- Como é, o pessoal está disposto mesmo a dar as entrevistas? (Referia-me aos acertos feitos oito dias antes, quando da nossa apresentação por um trabalhador da região, agente da pastoral).

- Ah, isso eu num sei não. O rapaz vai lhe esperar?

- Bom, nós acertamos com ele apenas para vir nos deixar...

- E como é que tá pensando em ir embora?

- Olhe Seu Raimundo, eu trouxe tudo: rede, lençol... Me arrumo em qualquer lugar. Não dava pra dormir em sua casa não?

- Não. Na minha casa não.

- Numa salinha...

- Na sala durmo eu. A senhora é casada ou solteira?

Dirigi-me ao motorista, paguei-lhe e, decididamente, voltei para a calçada.

- Quanto pagou de frete?

Respondi-lhe acreditando que frente àquela despesa, ele me acolheria melhor, diante do problema agora criado.

- Foi explorada. Tem algum conhecimento aqui por perto?

- Não senhor. Só mesmo vocês.

Acendendo o cigarro de palha, movimentava-se no terreiro, parecendo-me nervoso.

- A senhora é da parte do sindicato ou da igreja?

- Eu me entendo bem com as duas partes. Conhecemos várias pessoas do sindicato, inclusive Seu Fulano, que está por dentro do nosso trabalho e por isso nos trouxe aqui para nos apresentar a vocês. E somos entrosados com o pessoal da igreja lá de Guarabira, das partes do bispo. Conhece?

- Não. É um pessoal que fala no rádio?

- É. É um pessoal que trabalha com aqueles que falam no rádio. Mas de fato, não sou do sindicato nem da igreja. Somos apenas interessados em entender melhor a situação dos trabalhadores rurais.

Seu Raimundo levantou-se, foi a sua casa e voltou.

- A senhora vai ganhar muito dinheiro com esse estudo aqui?

- Estamos fazendo este trabalho, Seu Raimundo, para aprender e aí ver se podemos ajudar vocês em alguma

coisa.

- Ganha muito dinheiro lá! Tem uma casa bonita... pra mim tô vendo! Mora em cima de doutor... tem água dentro de casa. Esse povo da rua veve muito forgado!
- O senhor não gostaria de contar aqui, no gravador, como é a vida de vocês?
- Eu não. A senhora tem muito estudo, não tem?
- Os estudos dos livros não dão pra gente entender bem as coisas como se passam não, homem.

No silêncio que se fez, cada um procurava sua forma de avançar na construção de uma intimidade.

- Me explique aí, a reforma agrária vem ou não vem? Perguntava o "velho".

Tentei informar-lhe sobre o plano do governo e as lutas dos trabalhadores no Brasil e na Paraíba. Ele, entre confiante e desconfiado, grita em direção a alguma casa por ali:

- Vem Fulano, vem ver o que essa moça tá dizendo.

Um senhor de idade se aproxima, ficando apenas na espreita da conversa.

- Eu num disse que a reforma agrária era difícil mesmo? E dirigindo-se para nós continua Seu Raimundo:
- Esse homem é um sofredor, não tem terra, não tem nada. Não tem onde cair morto. É um miserave. Só tá mesmo esperando completar os dia que Deus lhe deu.

Dirigi-lhe a conversa, mas o chegante se mantinha calado.

- Explique aí agora o custo de vida, continuava o "ve-

lho".

Assustei-me com aquele repente. Tentei como pude. Em seguida, solicitei-lhe um copo d'água e com ele, fiz o leite que eu havia levado. Às crianças que nos circundavam (...) entreguei biscoitos. Rápido, Seu Raimundo ordenou:

- Não mexam aí.

E logo devolveu aquele pacote à minha sacola.

- A senhora sabe a diferença entre Antonio Silvino e Lampião? Vali-me das histórias que mãe e meu avô me contaram, em que a ética do primeiro ganhava proeminência sobre a do segundo.

- Tá certo, do jeito que a vêia minha mãe me contou.

A conversa era intercalada por suas idas e vindas, quando eu tentava avaliar o meu desempenho.

- Me diga mermo, como é que a sua famia consente que a senhora se dane sozinha por esses mato, sem tem um conhecido? E ainda abre a boca pra falar dos patrão e do governo? Eu num entendo uma coisa dessas! Eu ainda não entendi pra mode que é esse trabaio não.

Expliquei-lhe novamente, dando os exemplos que achava mais adequados. Aos poucos iam chegando os outros moradores da localidade. Seu Raimundo sempre incisivo:

- Diga pra esse aí o que é mermo que vocês querem.

Mencionávamos outras localidades, citávamos nomes supostamente conhecidos, etc.

A noite chegava. Por volta das dezenove horas, o "velho", única voz até então, grita para sua casa, a

uns trinta metros dali:

- Fulana, (esposa) faz um café pra moça.

Aceitei e dele me servi como quem hasteia uma bandeira branca. Pela terceira vez, entreguei os biscoitos às crianças. Sem perceber como, lá estavam eles de volta na minha sacola.

Na saída, agora de sua casa, ele ordenou:

- Aqui, nesse banco!

Sentei-me obediente, enquanto na escuridão, percebia que o grupo aumentava. Entretinha-me ele com perguntas e comentários sobre o cometa Haley, os assaltos frequentes, a morte de uma cabra durante a madrugada própria dos malfeitores.

- Ô Raimundo, os menino tão esperando a moça. Era Dona Fulana (esposa) a intérprete do grupo.

- Nós vamos, Seu Raimundo? Indaguei.

- Eles num sabem falar nada não. É um bando de ignorante.

No silêncio, eu pensava na noite:

- Tem alguém aqui, que possa me levar de cavalo ou bicicleta para X (lugarejo pequenino mais próximo).
- Ninguém aqui tem bicicleta não. E cavalo só se vê quando passa.
- Ela vem? - era alguém do grupo que arriscava.
- Vamos, né? - convidei-o, já me levantando.

Na calçada, eu aguardava a iniciativa do líder [depois constatamos, era chefe]. Nenhum gesto me acalmava a ansiedade. Expliquei-lhes mais uma vez o nosso

trabalho, particularmente sobre a necessidade de gravar. Tentei descontraír o ambiente que eu supunha tenso. Com brincadeiras e perguntas ia reproduzindo as conversas da tarde. Depois, arrisquei:

- Se vocês não quiserem, não há problemas. Poderemos fazer o trabalho noutro lugar. Inclusive porque aqui se torna muito difícil pra chegar e pra sair.

Entre os pouquíssimos que falaram, se fazia o jogo da peteca, atirando de um para outro, a sugestão de conceder a entrevista. Depois, foi silêncio.

- Fala, Dona Severina. Isso é uma viúva, mulher sofredo ra... Ela tem muito pra contar - era a sugestão do Seu Raimundo. Senti claramente que sua condição de mulher era perfeitamente compatível com a função, ao mesmo tempo de vanguarda e escudo. Aproximei-me dela como o retirante da cacimba, animando-a em seu papel.

- Eu? devia ser os home - reage a mulher. Depois, ageitando o cabelo, pondo a gola no lugar, solenemente afasta a lamparina. Falamos um pouco de seu medo, mostrando-lhe o funcionamento do gravador. (...) Seu peito cheio, debulha as mágoas da vida... e dos homens [Cordel: A desdita de Maria].

Calados, os circundantes falavam de como vêm a história: vez ou outra uma sugestão:

- Conta da derrubada de tua casa, mulher! e o gado que tomaram?

Dona Severina ia em frente, nem sempre aceitando as sugestões. Era a "sua" história.

Animamo-nos eu e o grupo. A hora tinha gosto de quer messe: quem dá mais?

- Agora, tu, Baé - claro, era o "velho" quem ordenava.

Atenta, ouvindo sua fala, lembrava-me do "ponto" da minha infância, na escola em dia de prova: fluía feito riacho. Eu perguntava apenas para lhe dizer que es tava ali, que era ouvidos e aprovação. Comigo, a impressão de que tudo já estava preparado de véspera. O mais falante do lugar. O único de camisa branca com mangas longas. Assim, o orador do Mourão ia nomeando as suas emoções, chamando a esperança de reforma agrária e o ódio de sujeição. No encontro com o passado, a fórmula para a grande equação [Cordel: A peleja do roçado com a cana nas terras do Mourão]. Terminando o discurso, o silêncio de fim de festa.

Seu Raimundo me pede a rede. Entrego-lhe a sacola, dando-lhe assim a oportunidade para que ele me revisitasse. Esqueci que, nela, a máquina fotográfica, tão sem função, meu deus, poderia atrapalhar a paz que co meçava a ser conquistada.

Deitei-me com cuidado, passando em revista todos os movimentos. Foi quando deparei-me com Antonio Silvino. Claro! Ele jamais comera sem que o anfitrião primeiro experimentasse a iguaria. Planejei o café.

[Antes do galo, Dona Fulana [esposa] :

- Nós vamos pra pista e Raimundo disse pra a senhora ir com nós.

O café, ali na banquinha, animou-me. Apanhei os bis-

coitos e as bolachas. Experimentei um a um, na presença da testemunha esperta, "o velho". Distribuindo-os depois, com as crianças, eu ia aos poucos, apresentando "minha carteira de identidade". Na sacola agora, apenas a rede, o lençol e o gravador (além da máquina). Não mais os biscoitos...

Parte do Relato de Viagens, escrito em 14-12-1985.

Este grupo (1), apesar de não muito distante da capital, aparenta manter-se socialmente, ligado aos centros de poder local (municipal) através de um vereador, em cujas relações se observa, por parte destes produtores, mais o desejo e a necessidade de confiar do que um compromisso de fato, efetivo em suas práticas. Ilustra tal impressão, o relato a seguir.

Após uma hora de conversa, o grupo ia aumentando. Seus filhos [de Seu Raimundo], noras, genros e amigos ensaiavam uma participação [conversas preliminares], confirmando ora o que falávamos, ora o que seus parentes "ousados" diziam.

A crítica ao descaso dos políticos partidários ocupa espaço. A instalação elétrica, de tão próxima daquela localidade, serve de medida para a distância entre os eleitos e aquele grupo. Questionaram os salários - que imaginam altíssimos - destes políticos, desde o vereador do lugarejo mais próximo até o do deputado. (...) Todos são péssimos, aqueles políticos,

exceto aquele que "viram nascer" segundo afirmam: —
"Fulano, menino esforçado, começou do nada e hoje já
tem três carros. Caridoso... vai pegando saber com os
deputados..."

Nessa mediação com a política local, o delegado sindical, parece diferir do vereador, não apenas pelo status e renda mais baixos, como ainda pela linguagem que se inspira nos movimentos populares. Identificado com a atual diretoria do sindicato de Alviçaras, acompanha atenta e apreensivamente a chegada e atuação dos estranhos na comunidade, como descreve o relato abaixo:

Seu Raimundo (...) nos informa sobre a necessidade de ser encaminhada a questão da água, pois suas mulheres (a tarefa é feminina) sadias ou doentes, fazem longas caminhadas, em busca de apanhá-la, no verão. Desta forma, ficou acertada uma reunião para a tarde do sábado, quando será discutida esta questão coletivamente.

Falou-nos ainda o "velho" sobre o desejo do delegado sindical [residente no vilarejo] de falar conosco. Fez-nos prometer-lhe que, naquela mesma noite, o procuráramos em sua casa.

... rumamos a descobrir seu Ernesto [delegado sindical]. Não foi difícil. Apresentamo-nos. Receptivo, nos indaga sobre nossas vinculações:

- São funcionários do governo?

- Estamos fazendo uma pesquisa sobre a situação do pessoal que vive no campo.

Falou-nos do enorme medo do pessoal diante de gente que chega de fora, bem como do seu próprio poder em liberar a relação daqueles trabalhadores com quaisquer chegantes. Realçando o fator central daquele medo, explica:

- É que por aqui, ninguém crê mais nos políticos.

Passou em seguida a nos pedir desculpas, caso discordássemos, mas que até ele próprio teria perdido esta confiança.

Explicitamos a pergunta que ele não fizera, posicionando-nos frente aos partidos políticos em geral. À vontade, agora, Seu Ernesto ia contando suas experiências: dezessete anos a serviço "desses homens" e não lucrara nada. Falou um pouco de sua condição de vida, de sua ascendência sobre os setecentos moradores da área de sua atuação - embora somente cem deles estivessem pagando sindicato. Apresentou-nos ainda a sua casa como sede de sua atuação. Citou, dentre aqueles a quem servia, o Dr. Fulano de Tal [deputado], que num passado próximo, havia fornecido água em pipas, "gratuitamente", àquela população [do sítio Mourão].

Nele ficou, certamente, apenas uma certeza: a de que trabalhávamos na universidade. A ameaça ou apoio políticos que representaríamos era uma dúvida a ser tirada...

Trechos do Relato de Viagens, escrito em 19-3-86.

O Grupo 2 da localidade Acauã, situada no município de Timbiras, apresenta como característica particular a atitude que os dispôs à "invasão" de uma propriedade, cuja desapropriação se efetivou pelo governo do Estado (quase final de nossa pesquisa). De suas histórias, deduzimos que se configuram como sujeitos que, "desenraizados" (sem terras), muito já migraram de um a outro patrão, de uma a outra fazenda, de uma a outra usina, para enfrentarem sempre a mesma dominação. Foreiros às vezes, outras assalariados temporários, autônomos ou desempregados, parecem reproduzir, em sua grande maioria, a história dos seus antepassados, dos quais parecem distinguir-se apenas enquanto testemunhas do desaparecimento do sistema de morador e pela perspectiva coletiva da história em construção. (v. POTENGY, 1986:216).

A microrregião que os contextualiza - Litoral Paraibano - explica as suas semelhanças com os sujeitos do grupo 1, cuja articulação com o grupo 2, por eles reclamada, é objeto do relato a seguir, que descreve parte do trajeto desta viagem.

De Alhandra para Pedras de Fogo e dali para Acauã, a estrada vicinal era longa e violenta: canaviais imensos e desertos - não fosse o único trecho com trabalhadores seminús e pequena frota de carretas e caminhões/jaulas enfileirados e agressivos. Alguns minutos de eucaliptos elegantes e nostálgicos apontando para os céus, naquele inferno verde, a lembrar febres e tosses. Nem a mata densa conseguia calar os revoltosos comentários (dos sujeitos do grupo 2) dirigidos às placas daquele trajeto - GIASA, PENA BRANCA, BOM PREÇO, MADRUGA, RIBEI

RO COUTINHO - relativas, ora às granjas, ora às destilarias ou à fábrica de papel. O bambuzal cortava aquela monotonia feita de tapete rasteiro de cana nova, mas não as expressões do interesse patente: a "invasão" das terras, a substituição das culturas comerciais, a fome — que não é do álcool nem do lucro desvairado. Precisávamos de um fôlego, de um alento, mas depressa chega o abacaxi, com suas mulheres e crianças, além dos poucos homens que passam a ser motivo das conversas: cada um fala, então, do número de cegos que conhece vitimados por aquele trabalho cruel. Horas longas, aquelas... Nas proximidades de Sapê, em meio ao canavial, agora desprezado nas conversas, João Pedro Teixeira toma corpo. Era a visão da casa de seu sogro, era o chão em que tombara assassinado. Uma época, naquele trecho.

Trechos do Relato de Viagens, escrito em 30-7-86.

2.3 Da investigação

A nossa opção pela Pesquisa-Ação, neste trabalho, é devida não apenas à nossa adesão aos seus postulados, mas também a algumas constatações empíricas a que fomos levados em oportunidades anteriores à presente pesquisa.

Tentando compatibilizar os princípios da Pesquisa-Ação, como no-la apresenta THIOLENT, com expectativas de trabalhadores rurais por nós testemunhadas, entendemos que este tipo de

pesquisa responde a inquietações provocadas na empiria.

Verifica-se que esses produtores, quando se percebem objeto de pesquisa - ou seja, como indivíduos ou grupos fornecedores de dados para trabalhos vistos como descomprometidos com suas metas ou aspirações -, apresentam como mecanismo de resistência a distorção da informação prestada. Ora, a didática contida na Pesquisa-Ação, ao fundamentar-se na relação dialógica entre o investigador e o investigado, onde este é tratado como ser pensante e crítico, parece reconduzir o trabalhador para sua condição de sujeito da pesquisa, pois esta "... deve permitir o estudo da subjetividade não reduzida à realidade opinativa mas, ao contrário, considerada ao nível existencial. (...) onde 'o objeto' é também 'sujeito' do processo de investigação." THIOLENT (1982:123). Desse modo, elimina-se ou minimiza-se aquela necessidade da resistência aludida.

Observa-se, por outro lado, que na relação com o pesquisador, esses trabalhadores, freqüentemente, procuram responder de acordo com o que imaginam ou intuem como expectativa do seu interlocutor. Assim passam a referenciar seus relatos ou opiniões não, necessariamente, na realidade por eles vivida e sim na suposta ou real posição do entrevistador, na qual procuram "acertar". Parece associado a esta atitude, um componente da atmosfera psico-social dessas comunidades, particularmente daquelas situadas em áreas de conflito social: uma velada e tensa indagação relativa à posição política do investigador. Na Pesquisa-Ação, vale aqui destacar, que "Com a perspectiva de classe que é adotada, o pressuposto da não-neutralidade é explícito e considerado como critério de descrição e análise" THIOLENT (1982:

106). Dessa forma, o posicionamento claro e operacionalizado do pesquisador - quanto dos pesquisados -, certamente contribuirá para neutralizar aquela atitude.

O propósito ou disposição em identificar procedimentos metodológicos capazes de nos instrumentalizar para uma prática, junto aos trabalhadores rurais, fundamentada na investigação e voltada para aspectos superestruturais, constituiu-se motivação básica para a adoção da metodologia por nós adotada. Nesta perspectiva, considerando dificuldades e virtualidades psicoculturais e políticas que se constataam ou se experimentam, a nível de intervenção nessas comunidades, é que nos permitimos associar aos procedimentos metodológicos utilizados na Pesquisa-Ação, proposições e técnicas oriundas do "Teatro do Oprimido" de BOAL e a estas, o Cordel. Atualizar nossa nordestinidade, pela via do acadêmico, parecia-nos uma necessidade pessoal, hipoteticamente útil à busca de uma pesquisa, desejada como prestação de serviços educacionais. Provar da intimidade existente entre as ciências sociais, a arte e a tradição rural, interpretávamos não apenas como o direito de uma paixão, mas, sobretudo, como a perspectiva da partilha que a terra tem negado. Assim, posicionar-se teoricamente, como pesquisador, constituiu-se, em nosso desempenho, uma tarefa racional, cujas fronteiras se traduzem "apenas" pelos limites do nosso conhecimento teórico. Em THIOLLENT, o respaldo. Eleger concepções que salvaguardem um agente de teatro já exigiu uma vigilância da razão que se pretende tutora de emoções que afloram. Vem BOAL e a instrumentaliza. Mas teria o caçador de rimas (pesquisador) que se ressarcir do seu terreiro ou copiar? De disfarçar em teoria aquilo que é

debulha, é cantoria e tradição? Como a ciranda, o cordel é roda e, porque é fala, não é texto. Não se respalda, se expõe.

Desse inventário de costumes e concepções resultaram os procedimentos que podem ser sintetizados, no que aqui denominamos de ciclo metodológico, cujas fases assim se caracterizam:

A. Apresentação da pesquisa

Neste momento, único em cada comunidade trabalhada, anterior, portanto, ao ciclo metodológico propriamente dito, pretende-se apresentar aos participantes os objetivos e a metodologia da pesquisa, bem como explicitar a posição dos agentes pesquisadores na luta de classes. Fundamenta-se, assim, nas concepções de THIOLENT (Conf. 1981:50), o qual afirma, por exemplo, que "O lançamento de uma enquete operária pressupõe uma clara definição dos objetivos do grupo [pesquisadores políticos]. Caso contrário, o controle metodológico do processo de investigação é impossível." (1981:124). Já sob a forma de cordel, (O inventário) tal comunicação procura, do ponto de vista prático, não apenas angariar voluntários para as entrevistas como ainda apresentar uma amostra da forma a ser dada a seus depoimentos. É a tentativa de provocar a vontade de falar, impactando-se coração e mente. A título de ilustração, registramos a seguir, versos esparsos do cordel aludido:

Não é ciranda ou quadrilha
 Nem bumba-meu boi vim dançar
 Eu quero é fazer a partilha
 Das heranças desse lugar

.....

A vida de cada um
Cada um vai me contar
Com muito prazer eu ouço
E sem isso não posso formar

Juntando essas histórias eu posso
Maior história julgar
No inventário da vida
Quem teve a perder ou ganhar

Pra ficar mais entendido
Vamos logo exemplar
Como foi que a enxada
Coube a vocês tocar?

.....

E do outro lado eu vejo
A caneta e o paletó a brilhar
Vejo também muito gado
Em grandes cercados a pastar

.....

Vou sair de casa em casa
Pois eu preciso escutar
O que cada um de vocês
Vai querer historiar

Se nasceu por essas bandas
 Ou se veio de outro lugar
 O que é que pensa da vida
 E o que tem para queixar.

Trechos esparsos do Cordel "O inventário". (M.S.M.)

B. Entrevista individual

Efetivada de acordo com o que se aproxima do padrão de entrevista não-diretiva, se constitui esta atividade - gravada - como primeira na estrutura didática da Pesquisa-Ação, como sugere o autor: "De modo interno, na P.A., são articulados dois momentos: o da investigação propriamente dita e o da explicação." THIOLENT (1981:51). Desenvolvida, predominantemente, em torno da própria história, vai levando o depoente a debruçar-se sobre ela, através de "perguntas explicativas" (P.E.), apresentadas pelo pesquisador, de modo que seja o investigado incitado a "... formular suas respostas de modo contrário à simples reprodução das ilusões vigentes no processo de produção..." (1981: 105):

R - ... porque mais ou meno tiveram uma boa sina.

P - E o que é sina?

R - É... a sina é... é... isso vem de nascença, né? Per^umitido por Jesus mermo. A pessoa... tem uns que so^ufre mais, tem uns que sofre menos. Tem uns que às

vez ganha uma riqueza às vez sem nem trabalhar muito. Outros sofre tanto, morre de irmola e num tem nada!

P - É por causa da sina?

R - Eu acho que mais ou menos é.

P.E.- E é Jesus que permite?

R - Não. Num é Deus que quer. Às vez é a pessoa que num procura. É. Eu acho que procurádo encontra, né?

P.E.- Por que a maior parte dos homens é pobre? É a sina? É Deus que permite? É por que não procuram? Por que é?

R - Sim, tem muitos sofredor. É ... muitos que num procura a defesa deles.

P - Tem defesa que dá pra todo mundo?

R - Tem.

P.E.- A sua vida é assim por quê?

R - A minha vida é muito fraca também. A minha pobreza é grande.

P.- E é por que o senhor não procurou a defesa?

R - É porque... quer dizer... porque não tem terra pra trabaiaar.

P.E.- Se a terra é a defesa, não há defesa pra todos não? Por que o senhor não tem terra?

R - Eu num tem terra porque... é... eu num tem terra porque a terra é dos home que pode possuir terra.

Trechos da entrevista concedida em
27-5-86 (A.C.2).

Relativize-se a individualidade dessa fase, pois, nenhuma das entrevistas efetivadas se deu fora da interação com a roda social do investigado.

C. Questionamento coletivo

Esta fase chamada pelos investigados de "Representação", compõe-se de três momentos, cuja unidade é assegurada pelo espírito de investigação do coletivo:

C.1 Aquecimento ideológico

Diversas técnicas são utilizadas para obtenção deste objetivo, dentre as quais nos é sugerido por BOAL: "dedicatória" (homenagem feita a pessoas ou acontecimentos); "leitura de jornais" (contestações ou alvíçaras); "evocação de um fato histórico" (um jeito de dizer Brasil ou de se latinizar); "lição" (historietas factuais ou sonhadas) (Conf. BOAL, 1983b:92) e, ainda, trechos de poesias ou canções como:

"Tamo falando da vida
Bela vida do peão
Enquanto a sorina amansa
Esfrio os calo da mão
É que uma vontade é que me dá
Tal e cuma a tentação
De um dia arresolver
Enfiar os pé pelas mão

.....

É a cegueira de deixar
De um dia ser peão
De num tá mais amarrado
No pescoço com cordão
De num ser mais empregado
E também num ser patrão

.....

É que uma vontade é que me dá
De um dia arresolver
Quebrar a cerca da manga
E deixar de ser boi manso
Deixar carro, deixar a canga
De trabalhar sem descanso."

Trechos extraídos e recitados em destaque para o fundo musical PEÃO DE AMARRAÇÃO de Elomar F. Mello, para o espetáculo previsto para o dia 17-6-86.

C.2 Descrição cênica

Aqui se desenvolvem cenicamente os eventos ou valorações mais significativas, extraídos da entrevista, cuja seleção é feita com base no critério de pertinência, com relação ao objeto da pesquisa. São diversos aspectos da história "individual", cuja semelhança com a vida dos demais participantes, ain

da "espectadores", vai provocando reações de identificação com suas mesmas histórias - o que nos leva a caracterizar tal momento como de socialização do dado. Sob controle de um esquema-roteiro, preparado com antecipação pelo pesquisador, essa descrição desenvolve-se através do desempenho teatral do agente externo. O desenrolar dos fatos ou opiniões vai configurando o problema concernente ao objeto de pesquisa, cuja explicitação faz o fecho da fase (Conf. BOAL, 1983a:152).

Em seguida, o teatro. O entrevistado presente atestava a trama. Olhos e semblantes tantos, todos pregados e graves, faziam o clima que os atores bebiam gota-a-gota. Mortes, velas e a partilha. Com um punhado de terras nas mãos, o "ator-herdeiro" se dirige ao grupo:

QUE FAÇO COM ESSE PEDAÇO DE TERRAS?

Trechos extraídos do Relato de Viagens, escrito em 23-2-86.

Tal problema colocado para o grupo presente - doravante não mais "espectador" - se pretende como "pergunta explicativa", feita ao coletivo e elaborada de modo a "... produzir um efeito de conhecimento dentro da atividade mental dos respondentes e possibilitar uma avaliação crítica." THIOLENT (1982:107).

C.3 Discussão teatral

As atividades deste momento, de modo algum previsíveis, resultam espontaneamente dos presentes. Experimentar cenicamente soluções alternativas para o problema levantado na fase anterior é a direção que se imprime nesta "Poética do Oprimido." (Conf. BOAL, 1983a:152). Se antes o papel do agente-ator era delegado pelo entrevistado-"espectador", nesta fase, o investigado com seu corpo, sua fala, gestos, posturas e ritmos, suas decisões, medos e sonhos, comparece em cena, ao lado do pesquisador, para o exercício do Ensaio: "... é a conquista dos meios de produção teatral" BOAL (1983a:14). Nele, o "Sistema Coringa" (Ver BOAL, 1983a, Cap. 4.B), várias vezes utilizado, permite a cada indivíduo o desempenho de diferentes papéis numa mesma cena. Para diálogos variados, entre os mais diversos personagens, são eleitos trabalhadores, cujo desempenho fornece dados em profusão. O término da fase, descomprometida com uma solução consensuada é marcada pelo final de alguma trama, tecida do ideário das relações de produção:

Seu "Fulano" foi o escolhido para ser a "parte" do governo. Estatura mediana, quase louro, um pouco sisudo, cujo corpo foge ao protótipo anatômico da alienação causada pelo trabalho curvo. Alguém do grupo pergunta:

- Mas é o daqui ou é o Sarneis?

Outro responde:

- Vamo logo botar o maior. É pra ser Sarneis.

Entre solene e introspectivo, senta-se ele naquela ca-

deira única do local, sem rir, testa franzida, os dedos cruzando as mãos, nada comenta.

"Cicrano" (delegado sindical da comunidade), apanhando o casaco pendurado na forquilha, após ser indicado pelos presentes para o papel de proprietário, assume seu personagem do momento, antes mesmo que a cena se inicie, espontaneamente, através de gritos:

- Ei! você aí! venha pra cá! Entrando, seu vagabundo. E os meninos aí fora é pra acabar com esse barulho - dizia ele, enquanto abotoava todos os botões metálicos do casaco de mangas compridas, de um imaginado patrão, certamente assimilado.

Para ser o trabalhador, foi escolhido "Beltrano", baixo, de corpo franzino, quase esquelético.

Apresentei-me voluntária, como "jornalista" que faria a reportagem e, dirigindo-me ao trabalhador, tomei a iniciativa [que pena!]:

- Como é que está a situação da terra?

- Tão decidindo. Uma hora, tá tudo gãe. Outra hora, vem os boato que desanima.

- E o que vocês vão fazer? - indaguei curiosa.

- Tamos nos prano de falar com o prope Presidente.

- Posso acompanhá-los para fazer depois a matéria do jornal?

- Pode, vamos.

Dirigimo-nos todos ao Presidente. E depois dos cumprimentos formais, um trabalhador toma a iniciativa:

- Nós queria saber sobre a questão da nossa campanha em

Acauã. Pedir o apoio do senhor pra num deixar os policiã nem capanga agir lá (um "sopro" vindo da platéia: "pergunta se ele tá com nós"). Queremo saber se o senhor dá apoio a nós lá".

- Dá-se que vocês precisam ficar dentro da lei. - falou o Presidente.

- Senhor Presidente, a Lei como nós sabemos, dá direito pra o trabalhador dispor da terra que não está produzindo. E este é o caso de Acauã. Mas ninguém obedece à lei e a violência é grande. - O que o senhor acha a esse respeito? - era o "repórter" que indagava.

- Eu tô pra apoiar o trabalhador, já disse - respondeu "Sarney".

- E soube o causo da Reforma Agrária, o senhor assina ela mesmo? - indaga o trabalhador.

- E como vão reagir os proprietários? - pergunta o "repórter".

- Assino - sentencia o Presidente.

- Sendo assim, nós já vamos. - a decisão era do trabalhador.

Após as despedidas, partimos.

- Bem, e agora? - questiona o pesquisador.

- Agora vamo encaminhar aos home - sugere um trabalhador.

Dirigimo-nos aos proprietários (três, naquela cena):

- Nós tamos aqui pra dizer que o nosso causo foi resolvido - fala do trabalhador.

- Mas resolvido como? Ora resolvido! - reage o proprietário.
- Foi o próprio Presidente Zé Sarneis que resolveu. Falamos propriamente com ele.
- Mas eu num aceito. Eu tenho minhas terras, eu pago direito e pronto.
- O senhor agora se entende com ele mesmo - retruca o trabalhador.
- Eu vim aqui saber o caso de Acauã. Eu sou o dono das terra e eles tão com conversa que o caso foi resolvido e eu quero saber - dizia o proprietário ao Presidente.
- É. Já tá tudo resolvido. Eu tô pra apoiar eles e pronto.

Risos e comentários francos.

Trechos extraídos do Relato de Viagens, escrito a partir da memória dos diálogos e encaminhamentos, em 4-6-86 (noite do espetáculo).

D. Leitura do cordel

Produzido pelo pesquisador, a partir da entrevista, este recurso - embora, inicialmente proposto apenas como instrumento de apoio para as demais técnicas - apresenta-se como responsável principal pela qualidade da entrevista. Com seu poder e sua dinâmica próprios, parece escapar do controle do pesquisador. Embora se

ja visto como "... uma prática cultural produzida dentro de sua especificidade comunicativa (...) mas dotada de uma competência que lhe é atribuída pela instância cultural dominante." NETO (1979:156) e possa, em alguns casos, inibir o discurso (quando a autoconfiança no encadeamento das idéias é bloqueada pela "fraqueza dos anos", pela "leseira da cabeça" ou pelos "nervos gastos"), revela-se o cordel como convite à palavra. Emprestando à entrevista o gosto da HISTÓRIA, parece redimensionar o seu interlocutor. A este é agora atribuída a função de mediador entre o entrevistado e a sociedade a que pertence. Destituindo-se do caráter de "Poesia como mercadoria" ARANTES (1982:107), vai ele colocar-se a serviço dos trabalhadores. Contar a própria história, onde se incluem a dos antepassados e de outros ~~tempos~~-reais ou idealizados-para os filhos não os esquecerem; queixar calose cicatrizes numa terra que minguava; apontar caminhos e aceiros políticos para a realização dos seus projetos ou sonhos, tudo isso parece fazer do cordel:

. Instrumento de memória:

Mas um dia eu me alembro
 Eu já tava a terminar
 A conta daquele dia
 Vei o feitor a gritar

 Com orde trazida do ingém
 Pra o capim eu cortar
 Por conta da minha conta
 Querendo me explorar

.....

Debaixo daquela opressão
 Fiz os prano ali na hora
 Os pé batia na bunda
 Na carreira sem demora

.....

Não topo a sujeição
 Pra seu ninguém me mandar
 Pelejando nessa vida
 Procuo dela escapar.

Versos esparsos do cordel "O galope
 do alazão que fugiu da sujeição"
 (A.B.2)

. Instrumento de denúncia:

Não é sô nesse camim
 Que a terra vai ajudar
 Porque com os cem do patrão
 Não dá mais pra segurar

Num dá nem para a farinha
 Que na muchila nós leva
 Quanto mais para a fãmia
 Que fica no escuro das treva

Eu mermo já arrendeí
Já fiz cova já fiz leira
Hoje sem trabai vivendo
Nas terra de Seu Oliveira

Hoje meus ói enche d'água
De tanto capim que nós vê
Cobrindo a merma terra
Somente pra boi crescer

Essa manga ocupava
Quinhentos home de enxada
Hoje sem trabai vivendo
Com as famia revoltada

Novecentos hectara
De terra nós atravessa
Um só pé de agricultura
Não sobrou de nossa pressa

.....

Tem partes daquela terra
Que nem mermo um bicho tem
Mal se vê um pé de juá
Que não vale um vintém

Só se vê é marmeleiro
E raiz de espin branco
Nascendo de dentro da terra
Só nossos fi cresce manco.

Cordel "O mistério que não vem da
terra" (J.J.1).

Cavando e fome passando
Que chega a boca amargava
De manhã o capim santo
Com sal e farinha eu tomava.

.....

Às onze hora eu parava
Pra feijão chirre comer
Feito só n'água e no sal
E depois água beber

.....

Foi aí que adoeci
Sentindo uma enorme dor
Que pegava no imbigo
Tê a oretra meu senhor

.....

Na casa de Máro de Tal
Fui parar pra me acudir
Ele é vereador
Pode ordenar me assistir

Duas hora esperei
A orde pra receitar
Eu intiriço de dor
E ele a duvidar

Diante de tudo isso
Antõe Baê me levou

Pra dentro lá de Timbiras
E me entregou ao doutor

.....

Se fosse por Maro de tal
Do prefeito lá do Fumo
Empregado que ele é
O cemitério era o rumo.

Cordel: "Quando o toco vira bandido"

(A.C.2.).

. Instrumento de construção do social:

Aqueles que fazem a greve
Não demora muito não
Pois logo que passa esse tempo
Volta tudo à produção

E se for a invasão
Aí não vai terminar
Além de ficar o terreno
Dali vai pressionar

Veja bem que os acordo
Na greve cedo ele vem

Enquanto que na invasão
Só no final lhe convêm

Pra os que num são da roça
Mas que vivim a trabalhar
Como aqueles da usina
Vinhese a nós se ajuntar

As força tudo crescia
Ali tudo a se unir
Deixava as greve de lado
Para as terra invadir

Aí sim a coisa ia
Nessa luta a crescer
Uma turma ali queria
A outra levava a vencer.

Cordel: "A enxada que virou andor"
(L.C.2).

São os filhos, a sociedade civil e os representantes do Estado que aparecem aí como interlocutores. Assim é o folhetim usado e recebido pelo grupo participante e, em particular, pelo entrevistado, a lhe julgar o grau de fidelidade para então saborear, no coletivo, o gosto de sua autoria. Sua leitura festivamente participada, faz o fecho do espetáculo e o estímulo para a nova entrevista.

II.^a PARTE

O INVENTÁRIO: UMA LEITURA INTERPRETATIVA

Considerando-se as relações de produção como forças sociais capazes de imprimir nos indivíduos, em particular, e na globalidade da sociedade a marca indelével do seu caráter, tome-mo-las como bases materiais na formação das ideologias. Assim, poderemos admitir que, em se tratando de interpretar as ideologias dos pequenos produtores rurais, há que se considerar o significado que a terra assume em suas relações. Como meio fundamental de produção, este instrumento, certamente, nos permitirá tomá-lo como prisma que polariza essas visões, através do qual, é concebido o mundo, as estruturas sociais e a história.

Reconhecendo, no entanto, que esta terra não é una, mas que assume as mais variadas formas sociais, é que nos propomos à leitura dessas ideologias, através de seus ângulos multifacetados. Para tanto, necessário se faz que reflitamos sobre o pequeno produtor rural em suas relações externas com o corpo social, bem como sobre sua intimidade com a terra-natureza. Nesta, ele atua, produzindo O CALO, O TETO E O PÃO. É a terra concebida internamente no processo de trabalho, como valor-de-uso pois, quase inocente, mas já flúida entre canaviais.

Outra forma social que toma este meio de produção é a de propriedade privada. E sendo esta uma relação social, hierarquiza-se no modo capitalista de produção, colocando A TERRA NO PATAMAR DO PODER. Poder que se exerce sobre a natureza e se faz seu monopólio. Poder que se exerce sobre os homens e se faz dominação, em cujas tensões se gestam conflitos e projetos. Aqui, o pequeno produtor "retirado" do seu processo de trabalho, depara-se externamente com a sociedade global, revelando como a per

cebe e contesta, como a idealiza.

E na mesma exterioridade dessas relações entre o produtor e o corpo social, as trocas econômicas também se efetivam e são metabolizadas, veiculando julgamentos, adesões ou resistências. É, pois, no mercado - espaço de trocas - que HOMENS E LUBISOMENS se confrontam: os primeiros, "pequenos" e suados, se explicitam, enquanto os outros se diluem, se escondem e se disfarçam.

Nesses espaços orgânicos da natureza, da política e do mercado, acompanhemos pois, o pensar camponês, suas atitudes e gestos.

CAPÍTULO 3 - O CALO, O TETO E O PÃO

Colocar o pequeno produtor rural frente à natureza, objetivando uma interpretação crítica de suas ideologias, aí identificadas, impõe algumas considerações preliminares.

Em primeiro lugar, a definição de pequeno produtor, tomada para efeito deste trabalho, requer, como fundamental, que tenhamos claro o conceito de processo de trabalho. Para tanto, lembremo-nos de que é ele uma "... atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária de intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana (...) comum a todas as suas formas sociais." MARX (1932c:208). A generalidade de tal conceito autoriza-nos a considerá-lo como equivalente do próprio trabalho, reconhecendo, como acima enunciado, que nele não há impressa qualquer forma histórica.

Frente a tais afirmativas, como considerar orgânicas as ideologias relativas à terra, quando é ela tomada apenas no âmbito interno desse processo de trabalho? Ou seja: em que consistiria a organicidade de ideologias relativas a um meio de produção, considerado apenas na sua materialidade e não na sua forma social e histórica, quando, como já foi referido, um dos traços fundamentais na caracterização dessas ideologias é a de serem elas historicamente necessárias a uma determinada estrutura?

No entanto, à medida que se processa a evolução histórica das sociedades, à medida que tomamos tal processo de forma situada nesta evolução, nele se imprimem formas particulares de

realização. Daí afirmar-se que "A atualidade, pois, do processo de trabalho está em ele existir no contexto de uma formação econômico-social dada, cujas características são corporificadas na forma pela qual o trabalho está subordinado ao agente social hegemônico no processo produtivo." LIMA (1983:37). Nas sociedades capitalistas, essa atualização do processo de trabalho implica a subordinação deste ao capital, agente hegemônico, isto é, às condições que assegurem não apenas o provimento das necessidades materiais da existência, como, aquelas condições que possam garantir que esta forma de subordinação seja reproduzida.

Assim, entendemos que o homem, posto diante da terra-natureza — instrumento e objeto de trabalho —, fecunda e expressa ideologias que se vão constituir o móvel capaz de justificar e explicar os seus movimentos situados na totalidade social, em defesa do controle deste meio de produção.

Identificar e traduzir tais ideologias, com certeza, será necessário e útil não apenas à confirmação desta organicidade, mas também, e a partir desta, à prática político-pedagógica que aí encontrará uma das vertentes alimentadoras do ato educativo.

Uma das formas que essa terra-natureza toma na percepção do pequeno produtor é a de dádiva divina, unanimemente presente nos entrevistados, como declara este senhor, ao contestar o princípio de propriedade privada capitalista do titular comprador da terra:

R. Ele não tirou a inscrição de Cristo não, pra mode ser o dono da terra. (Z.G.2)

Fruto do ato de criação, a terra, na visão camponesa, pertence a todos os homens filhos de Deus. Entretanto, frente à concentração da propriedade privada, à expropriação e, ao monopólio da cultura comercial e suas conseqüências, essa mística visão é relativizada, passando o capital a ser visto como força ameaçadora do poder divino, como se pode constatar no depoimento de um dos resgatadores de terra:

R. Agora, o rico tomou o foigo [fôlego] daqueles mais fracos. Tomou a terra toda de Deus. O rico tomou tudinho. (A.C.2).

Ao contrário da turbina, da manivela ou do guindaste, a terra não é produto do trabalho humano. Como o corpo, é dada, e, vista como espaço natural do corpo, como sua extensão:

R. Quer dizer, eu espero deixar alguma pra os meus filhos.

P. O quê?

R. Alguma coisa. Algum sacrifício. Mesmo com sacrifício ou sem sacrifício. Pra ver se eles possuam um lugarzinho pra eles botar a cabeça, pra não sofrer quanto eu sofri, né? (Z.G.2)

E mais adiante, comparando os tempos, diz:

R. Porque tudo era nalfabeto, mas pelo meno tinha onde pôr o pé (Z.G.2)

Os trabalhadores sem terra (propriedade ou posse) são-nos apresentados como corpos sem espaço:

R. Esse homem é um sofredor, não tem terra, não tem nada. Não tem onde cair morto. É um miserave. Sô tá mermo é esperando os dia que Deus lhe deu. (S.S.1).

Como se percebe, a relação do homem com este meio de produção não é apenas uma relação membros-natureza, cérebro e instrumento de trabalho. A terra é de todo o corpo. Geografia, pois, cujos mapas são ponteados por suas histórias e tecidos de terra própria ou alheia, onde se nasce:

P. O senhor nasceu aonde?

R. No ingém Mariúna (C.A.2)

Ou como diz esta senhora que indagada sobre o município ou estado de origem, mostra-se totalmente insegura e se identifica:

R. Eu sou de Ferreiro.

P. Onde é Ferreiro?

R. Perto da usina ôi d'água (M.F.2)

O município ou o estado, para esse não-cidadão, são, algumas vezes, pontos distantes ou abstratos. No sítio, no engenho ou na usina é que se nasce, onde se mora, migrando-se de um a outro destes pontos cardeais:

R. Que eu nasci num lugar chamado as Laje [nome de um sítio]. Já nasci na terra aleia que era a terra do proprietário de lá. Dali, ele [o próprio pai] veio pra um lugar chamado Inganos, terreno da Maravilha [usina pernambucana] (A.C.2)

Embora internamente, no âmbito da produção familiar, a casa e o roçado constituam uma oposição, pois que a casa é o espaço de consumo e o roçado de produção, (Conf. GARCIA JR. 1983: cap. 2 e HEREDIA, 1979: cap. III), a terra, quando referenciada externamente, isto é, nos contratos que lhe são pertinentes, parece fundir o trabalho e a morada, o roçado e a casa portanto, como vemos no depoimento a seguir:

R. ... aí meu pai veio morar aqui (...) numa propriedade de um cidadão...

R. Então, quando ele chegou, pai falou com ele pra morar lá no terreno dele. Ele disse: "é, você vai morar lá no meu terreno. Agora, você me paga. O foro de lá é eu plantar coco no terreno e você tratar do coqueiro" (...). E assim foi. (A.C.2)

Observa-se que a prática do foro, bastante citada, se refere à situação de trabalho em propriedade de outrem. Entretanto, tal situação apresenta-se cada dia mais escassa. Dessa forma, esse costume se transforma em preocupação que se acentua diante da concentração da propriedade e do fracionamento da

terra (da pequena produção) com que a depoente se ocupa:

R. Aí eu sei que mãe chegou (...) e comprou o pedacim de terra dele (...), que é onde a gente mora. Cinquenta e meia de terra.

R. Aí ela situou, nela mermo. Só mora eu e ela somentes.

R. ... que meus irmão tudo tem onde morar, tudo são ... veve melhor de vida do que eu, né? Moro porque tem a terrinha de mãe. (M.A.1)

E mais adiante, referindo-se ao futuro dos filhos, prognostica:

R. Pelas terras dos outro, (...) que num tem quem queira dar lugar mais pra pessoa morar, né?

R. ... ou senão, fazer uma rua, cada qual assituar-se nos seus paiminhos em ... em ... vinte e cinco braça dá pra todos eles?

R. E vão trabalhar por fora.

R. ... para os patrão.

Percebendo-se ameaçados pela proletarização, indagam-se como "ficar nos ares", pois o trabalho já não inclui o direito de morada.

Mas essa terra é também uma escola de vida. Sem ela, a educação que lhes resta, a do trabalho, se torna difícil, quando não impossível, como se constata nesta representativa declaração:

R. Porque nós tamo precisando de terra pra trabalhar,

nê? Já tem um pedacim de terra, agora sô pra morar e comer torrado. Agora, a gente arrumando um pedacim de terra que trabalhe, já serve melhor pra gente, nê? Vai trabalhar ["alugado"] a mulher fica em casa sozinha, nê? E num tendo, aqueles filho vai fazer o quê? Aqueles filho sô pode se criar assim.

P. É importante que desde pequena a criança esteja no trabalho?

R. Claro. Caminhando no trabalho também. Mas, na hora de seguimento de fulga [intervalos de trabalho], nê? Num acha que é mais miô assim? (J.J.1)

Indagado sobre a diferença de uma criança que trabalha e outra que não trabalha, prossegue:

R. A diferença é que o menino que se cria sem trabalhar sô vai aprender o que não presta. Vai dar pra vagabundo, pra maltratar o pai. O pai vai dizer pra ele, ele num quer pai. Porque não encaminhou ele seguindo o caminho bom, nê? E ele se criou naquela vagabundage de fora. Quando o pai quer puxar ele, ele num quer mais, nê? E ele se criano no camim certo, melhor. Quer dizer que ele tá pensando fazer sô o que é bom. (J.J.1).

Nessa escola aprende-se não apenas a trabalhar, mas também a gostar do trabalho, a querer ser útil à sociedade:

R. Eu achava bom

P. Por quê?

R. Eu acho que devido à criação mermo. Porque foi a escola que nós temo. Que nós tinha a escola que os pai botava a gente. O lapi era o cabo da enxada mermo. Ali, a gente já tinha aquela alegria quando ia pra o roçado.

P. E o que o senhor gostava mais quando ia pra o roçado?

R. É... eu gostava mais no roçado era mermo de limpar mato. Limpar roça. Deixar a roça bonitinha. Meu pai tirano a ticuca pra ganhar o pão e a gente no roçado.

P. O senhor acha...

R. É bom, é melhor do que tá vadiando, pelo meno tá dando algum produto, né? A gente tem que dar produto derne de novinho mermo. (A.C.2).

Aprendem-se, também, atitudes e habilidades necessárias à reprodução das relações mantenedoras da dominação de uma classe sobre as outras. É o que nos mostra a descrição a seguir:

R. A gente, naquele tempo, ninguém se criava gente vagabundo não. Era pra trabalhar mermo. Ele chegava: "Trabalharam?" - Trabalhemo, meu pai! "Amanhã vou olhar, se num tirou a conta, vai me apanhar."

R. E apanhava mermo (...). Todo dia ele marcava uma conta tinha pra gente. O cabo da usina marcava uma conta

pra ele na cana e ele media uma continha pra gente na roça. (A.C.2).

Assim, incorporada no processo de trabalho e portanto, nas relações que aí se processam, a terra se torna e é percebida como meio de produção. E é nessa condição que polariza as ideologias daqueles produtores, de forma generalizada e facilmente perceptível:

- R. Precisa primeiro, primeiro do que tudo, seria bom pra o trabalhador, home do campo, a terra pra o home trabalhar. Porque de tudo tem na terra, mas se o home trabalhar, né? E outra coisa, se não tem a terra pra o home trabalhar, quer dizer que não tem nada. Porque tudo que se arranja é da terra.
- R. Se não sair terra pra o povo trabalhar, vai ser muito ruim, tanto pra o rico como pra o pobre. (Z.Z.1).

Como se observa, a terra é considerada aí, não apenas como meio de produção, mas ainda como objeto de trabalho, fonte única de riqueza. Assim, vamos encontrar nas concepções dos pequenos produtores rurais os parâmetros da medida social da terra, os critérios para seu uso e desapropriação. A seguir, o declarante fala de suas experiências, nessa relação com a terra sob a mediação do trabalho, durante os anos cinquenta, quando da compra de uma posse, por ele chamada de "situação" situada na propriedade de um engenho que o mesmo designa como "companhia":

P. Essa situação comprada era de que tamanho?

R. Bom, não tinha limite não. Nesse tempo era da companhia. Era o que pudesse trabaiá. Era por onde pudesse... (A.B.2).

Como vemos, ao invés do dinheiro, é o trabalho a medida da terra, de sua posse. A terra nua desse valor, como visto anteriormente, pertence a todos, mas, coberta de benfeitorias é do seu benfeitor. Parece ser este parâmetro que vai respaldar a prática do resgate como se pode deduzir de descrições como a que se segue:

R. Então nós se achemo de reunir-se e viemo botar "Timbiras" pra produzir a lavoura que estava improduti-va. Não queria dar produto, então nós viemo trabalhar, plantar, crescer o produto, a lavoura pra dar de comer a nossas criança e sobrar pra o povo da cidade. (Z.G.2).

O trabalho, defendido como direito legítimo do homem, parece trazer em si a marca inerente da autonomia que se levanta contra o "alugado" (assalariado temporário), e não encontra no proletário o gosto da terra, a sua identidade de produtor:

R. Eles [trabalhadores] da usina num podem se fazer que num são agricultor. (L.C.2).

Ou como contesta este senhor, ao referir-se a este tipo de as-

salariamento:

P. E no trabalho, já teve alguma alegria?

R. Nunca tive. Nunca tive. Eu ia na maior tristeza do mundo. Eu ia e vou.

P. Mesmo que seja no seu?

R. Ah! No meu eu vou de peito limpo, de coração lavado. Vou sastifeito como quem vai pra o céu. E pra o alugado vou que nem... não tem nada tranquilamente pra mim. Pra mim eu vou pra o inferno. Vou de coração trancado, no dia em que vou tirar um dia de serviço. Sim senhora. Mas no dia em que vou pra o meu, vou sastifeito. (V.F.1)

Inferimos dessa atitude - explícita na maioria dos entrevistados - que na lógica camponesa, ser dono do próprio trabalho apresenta-se-lhe como definidor de concepções e atitudes políticas, muitas vezes aparentemente paradoxais, nesses sujeitos. Parece explicar melhor que o protesto camponês não se levante contra o fato de que poucos tenham a maior parte da riqueza, mas sim contra a ameaça de morte que pesa sobre os desempregados; que não combatam a existência em si, do latifúndio enquanto estrutura de produção, mas que se grite contra o impedimento ao direito do trabalho contido na ostensão de uma terra improdutiva; que não contestem a estrutura onde há dominadores e dominados, mas que na "boca da noite" se decida por uma madrugada militar nas terras de "Canaã". A nossa suposição é a de que se se combinam o prenúncio de morte ou a certeza da miséria com

a esperança de conquista do direito a um trabalho capaz de torná-los sujeitos da própria salvação eclodem em Ligas ou se inscrevem na audácia das "invasões". Ser ou não ser proprietário de terras parece não importar. Importa, sim, "escapar" e ser dono do próprio trabalho;

Anarquismo, messianismo, reformismo ou gérmen de revolução?

Tal questão, como é sabido, polemiza os estudiosos do tema. Dentre eles encontramos desde o mais radical defensor do potencial revolucionário do campesinato até o mais cético ou incrédulo julgamento. FANON, referindo-se aos países coloniais, afirma: "O camponês faminto, excluído do sistema de classes, é o primeiro entre os explorados a descobrir que só a violência é fecunda. Para ele, não existe temporização nem qualquer possibilidade de acordo." (Apud ALAVI, 1969:299). Por outro lado, MARX parece merecer o lugar mais significativo na oposição a tal visão — pelo menos o Marx de O dezoito brumário — quando responsabiliza esses produtores como atores que, alinhados com a aristocracia financeira, com a burguesia industrial, com a pequena burguesia e com outros, levam à vitória a república burguesa. (Conf. O.E. vol. 1.:209). Entre esses autores, outros mais recentes relativizam essas posições. HOBBSBAM, que se põe a duvidar da possibilidade de um levante camponês a nível nacional, crê como historicamente comprovado o caráter regionalista ou localista do movimento camponês. (Conf. 1978:42-55). LANDSBERGER, como ALAVI e MOORE Jr. questionam, por sua vez, as generalizações a priori, condicionando tal avaliação a fatores e momentos históricos mais amplos da sociedade a que pertence esse

campesinato. (Conf. 1978:12-93; 1969:299-351; 1983:447-475, respectivamente).

Advertidos por tais controvérsias, refletamos sobre o caso em estudo, à luz de suas ideologias relativas ao poder, para, em seguida, debruçarmo-nos sobre suas visões relativas às trocas econômicas, sem esquecer, porém, aquelas que aqui foram discutidas: ideologias relativas à terra enquanto valor-de-uso.

CAPÍTULO 4 - A TERRA NO PATAMAR DO PODER

Aqui, o propósito diretor de nossa reflexão é o de constatar como os camponeses percebem ou idealizam a estrutura de poder e nela se situam.

Ao reconhecermos o Estado como "... forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses..." MARX (1982a:98), ou como "... confissão de que esta sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis (...) [constituindo-se como] um poder colocado aparentemente por cima da sociedade..." ENGELS (O.E. v. 3:135-136), tentemos identificar como os camponeses estariam a percebê-lo.

Devido ao nosso empenho pedagógico de situar no processo de aprendizagem os componentes ou matrizes de suas visões, essa abordagem é aqui didaticamente estruturada na sua forma jurídica. Tal opção por nós assumida, permitir-nos-á tomarmos de per si cada uma das instâncias dessa instituição - executivo, legislativo e judiciário - e refletirmos sobre a visão camponesa pertinente a cada uma delas, bem como às relações que se processam entre essas esferas e ainda, entre elas e o poder econômico.

No âmbito do poder executivo, verifica-se que o Presidente da República é visto como estando ou devendo estar acima do poder econômico, como se pode fartamente observar na unanimidade das declarações, que se expressam nas abaixo transcritas:

P. Juntando os grandes, quem são esses maiores?

R. O maior tem que ser o Presidente.

P. O Presidente é maior do que os proprietários?

R. É.

P. Tem mais força, é?

R. Toda força é com ele, né?

(J.J.1)

Ou como desabafa esta senhora:

R. Nada bom o governo tá fazendo pra nós. Bom ele fazia se... assim... mandasse pelo meno, os proprietário soltasse terra pra os home, por causa que os home num ficava parado, né?

(M.V.1)

Mas essa visão relativa à superioridade do poder Presidencial — que também implica responsabilizá-lo pela situação de miséria insustentável em que vivem — é relativizada, ora pela abordagem de fatores conjunturais, ora pela visão de uma conivência, mesmo que circunstancial, dos governantes com os proprietários na luta de classes, ora ainda, pela interpretação relativa à falta de apoio a este dirigente por parte dos trabalhadores rurais. Em todos os casos, porém, persiste a visão do Presidente da República como pólo de poder, para onde convergem suas esperanças ou mágoas, como bem se pode sentir nos trechos que se seguem:

R. Trabalhar pra diminuir o dinheiro do latifundiário,

fazendeiro, proprietário, proque antigamente não existia governo.

P. Não tinha governo?

R. Antigamente não tinha governo. O governo era o dinheiro do fazendeiro. Bem, o governo queria fazer uma coisa, o dinheiro do rico botava abaixo.

P. O senhor se lembra, mais ou menos, quando foi que começou a ter governo?

R. O período que começou a ter governo tô achando que seja de Zé Sarneis pra cá. (C.A.2)

Nessa avaliação, o Estado — na figura do seu representante — é suplantado pela classe proprietária e a atitude do Presidente é aí resguardada de qualquer adesão a esta classe. Por esse mecanismo ideológico, é atribuído a esta autoridade o desejo de fazer algo em favor do campesinato.

A visão de uma aliança entre esse governante e os trabalhadores rurais — que de forma latente já se observa no trecho acima — é comum entre os entrevistados, não apenas, mas principalmente, no momento atual:

R. Eu tô achando que Zé Sarneis já está tomando essas medida pra não haver esse dirmantelo de muito morte da parte dos trabalhadores rural, porque o governo tá entendendo que o trabalhador rural tem direito e tem razão. Porque ele tá sabendo que o povo trabalhador rural tá é tudo se acabando de fome e ele vai formando essa medida e quando haver uma fatia de gente numa

fazenda que tá todinha ocupada, mas que a fazenda é muito grande e o proprietário não quer trinchar (...) eu acho que ele toma essa medida.

(C.A.2)

Essa aliança por eles traduzida como necessária tanto à evolução das lutas por melhores dias, quanto à própria ação presidencial e ao fortalecimento do seu poder — tantas vezes ameçado pelos proprietários de terra — parece não ter fronteiras no tempo histórico, embora hoje esteja em evidência. Assim, demonstram os trechos abaixo que se referem à reforma agrária:

P. Então, se não mudaram até hoje, é por que as autoridades não quiseram?

R. Eu num sei não... É os home proprietários que num quer. É que eles [Presidentes] vêm pelejando, né? Pra ver se dá jeito, mas eles vêm se amarrando demais!

(M.V.1)

Interpretamos que essa aliança presumida pelos investigadores mereça atenção especial. Vale, pois, ser explicitado o tratamento conceitual que aqui lhe dispensamos. Tal emprego deverá ser entendido no sentido de que uma aliança não significará qualquer acordo, mas sim um acordo que se efetiva entre não antagônicos, cujos propósitos se operacionalizam e se traduzem (em circunstâncias previstas pelas partes acordadas) pela aprovação dos resultados respectivos, por parte dos destinatários

da ação-objeto da aliança. Supomos que a condição de não-antagonismo aí contida, permitir-nos-á uma coerência com a concepção de Estado aqui adotada. Assim entendido, ao crivarmos os resultados de políticas tais como o Estatuto da Terra e outras de natureza similar, não poderíamos, pois, interpretá-las como testemunho histórico de alianças entre o Estado e aqueles trabalhadores. Deste modo, consideraríamos a visão camponesa relativa a esta aliança como uma idealização, pois através dela é creditado ao Presidente o mérito de iniciativa ou vontade pessoais favoráveis aos pequenos produtores rurais.

Entretanto, esta mesma percepção mostra-se por outro lado — como verificada na maior parte dos entrevistados — como força impulsionadora para a ação de transformação, particularmente contra a atual estrutura de propriedade privada. Perceber que o Presidente da República luta e deseja vencer os interesses dos proprietários é motivar-se neste empenho. É alimentar-se para fazer aquilo que consideram necessário e inadiável e, que tendo sido acenado pelo Presidente da República, terá que ser operacionalizado pelos interessados diretos, os pequenos produtores rurais. Estes assumirão o ônus social, correndo os riscos do processo, no final do qual, aquele que é investido do poder competente o legitimará.

Esta leitura de realidade por parte dos pequenos produtores rurais, ainda que desprovida de unicidade, parece indicativa de uma generalizada convicção, pois, mesmo entre aqueles que sofreram uma ação policial e despejo autorizado pelo juiz, constata-se afirmações como a que se segue, feita por um resgatador de terra.

P. E os apoios?

R. O apoio é da parte do Presidente, né?

P. O Presidente tem apoiado o trabalhador rural?

R. Eu acho que tem.

P. Em quê?

R. É porque (...) derne de que nós tamo ocupado aqui (...) [refere-se à terra "invadida"] se nós num tivesse apoio do Presidente muita gente já tinha sofrido, né?

(A.C.2)

No conjunto dos depoimentos acima, observa-se que esta forma de atribuir tamanho e magnânimo poder ao executivo, visto em aliança com os trabalhadores rurais, sugere, por um lado, uma reprodução do padrão de relações hierarquizadas entre um deus supremo, protetor e os homens, filhos pecadores. MARX, ao analisar os filósofos alemães já o percebera: "... os homens sempre fizeram falsas representações sobre si mesmos, sobre o que são ou deveriam ser. Organizaram suas relações em função de representações que fizeram de deus..." (1982a:17). Por outro lado, as atitudes nas quais esse poder executivo fica resguardado e isento das ações de exploração e dominação efetivadas por parte dos proprietários, podem ser interpretadas como mecanismos que "... têm um significado muito preciso a saber, o da superação das paixões bestiais e elementares por uma concepção da necessidade que fornece à própria ação uma direção consciente." GRAMSCI (1981:16). Não fora tal percepção como agiria o homem frente à animalesca realidade que o oprime?

Sobre o poder legislativo, verifica-se nos sujeitos estudados que, apesar do desconhecimento das leis do país, inclusive da legislação trabalhista rural, apresentam-nas como elementos marcantes, bastante frequentes em seus discursos e aspirações, particularmente no que se refere às relações de poder que se processam a nível da produção. Invocam o passado para avaliá-las e as aspiram como sustentáculo indispensável para a realização de suas projeções futuras.

Frequentemente vêem as leis como objeto de conhecimento dos supostos legisladores. Este é o caso do depoimento abaixo:

P. O que o senhor acha das leis?

R. Bom... leis... eu num sei discutir leis, porque quem sabe (...) é eles. [refere-se aos "homens do governo"].

P. Mas para o senhor chega alguma lei?

R. Se chega?

P. É. O senhor na sua vida, já teve direito a alguma coisa porque a lei dizia que o senhor tinha direito?

R. Que a leis criou?

P. Sim.

R. Não senhora.

P. Nunca chegou uma lei na sua vida?

R. Até hoje só vejo é promessas. Até hoje! (Z.G.2)

Chama-nos atenção a forma como esses produtores se por-

tam frente aos direitos legais que gozam e observam (dentre os quais parecem se destacar a remuneração pelos frutos do trabalho, o pagamento do foro e a herança da terra). Tais direitos - embora por eles consagrados e quando feridos impliquem uma forte resistência - parecem não ser tratados como direitos legislados, ou seja, os direitos defendidos ou mesmo aspirados apresentam-se-lhes como naturais e não como estatutos jurídico-legais.

Na tentativa da constatação dessa atitude, tomemos mais um depoimento:

P. Quem é que faz as leis?

R. Quem faz as leis?

P. Sim.

R. Tem pra mim que quem faz a leis é Jesus. Será que ho me da terra faça?

P. Qual é a lei feita por Jesus?

R. Eu num sei...

P. Alguma que o senhor se lembre... assim...

R. Eu digo porque tudo que acontece, tudo que aparece que Deus consente no mundo é permitido por ele.

(V.F.1)

Na legislação pertinente ao trabalhador rural, observa-se que o Estado dirigindo-se - quando o faz - preponderantemente ao proletário rural, deixa o pequeno produtor à mercê das forças sócio-econômicas que operam no campo. Admitimos que tal situação permite que os pequenos produtores rurais continuem em

*imp
tant*

sua alienação, regendo-se apenas pelo costume e tradição, por experiências passadas ou idealizadas. Assim, não desenvolvem uma atitude crítica diante da legislação nem do legislativo. Casos como o Estatuto do Trabalhador Rural, criado em 1963 (que regula a oferta e a demanda da força de trabalho, salários, institui a carteira profissional) certamente se constitui exemplo para tal hipótese. Sobre o Estatuto da Terra de 1964, pode-se afirmar que: "Em lugar de expressar apenas, ou principalmente, a resolução de problemas, essa e outras leis anteriores, expressam a continuidade das pendências e conflitos." IANNI (1984:176).

Desse modo, é fácil compreender a condição de não-cidadania destes produtores. Registre-se, aqui, que em nosso entendimento, este conceito não implica uma visão dualista, onde o camponês é considerado marginalizado da sociedade, dela desintegrado, posto que o reconhecemos como sujeito que com ela se articula principalmente, pela via do mercado, onde é significativamente explorado.

Entendemos que as relações sociais por eles vividas, têm sido marcadas por um cunho personalístico, certamente gerado no sistema de patronato, que se imprime tanto naquelas relações que se estabelecem entre iguais, quanto nas relações sociais de produção, portanto involuntárias. Desta forma, acreditamos que o paternalismo seja uma de suas expressões. Reconhecemos igualmente que, à medida que a condição operária desses trabalhadores vai-se desvelando — quer pela proletarização, quer pelas formas como esta categoria se revela reserva de mão-de-obra — esse personalismo vai-se desconfigurando.

As leis na visão desses produtores, parece não ficar

*relações
sociais*

↙

isentas de tal cunho:

P. As leis dão cobertura a vocês?

R. As leis dá cobertura a gente.

P. Dão cobertura?

R. Dão.

P. Por quê?

R. Dá cobertura porque a gente tem umas pessoas maior, nós temo gente de categoria, gente rica por nós. Nós temo advogado a favor de nós.

(A.C.2)

Observa-se, nesta concepção, que a força respaldante é ideologicamente percebida como força exterior à lei, sendo então o poder que a mesma conteria, transferido e considerado como atributo do sujeito que a operacionaliza e não da norma legal, ou da força coletiva de uma categoria ou classe social. Na busca de fatores que pudessem explicar essa atitude, admitimos a título de hipótese, que o direito é visto como função da necessidade. Ora, as suas necessidades, estando situadas, preponderantemente, a nível da reprodução da espécie, se apresentam portanto, como necessidades naturais. Assim, para aqueles que as experimentam, difícil se torna compreender a irracionalidade de uma simples convenção social — a norma legal — elaborada de modo a transgredir aquelas necessidades naturais, tão primárias. A propriedade privada que preside toda essa legislação e ameaça a sobrevivência desses produtores, certamente se constitui como eloquente exemplo para tal lógica. Deste modo, atri-

buímos ao "bom senso", isto é, ao "núcleo sadio e racional" da ideologia (Conf. GRAMSCI, 1981:16), esse papel de identificar ou conceber o poder legal como atributo pessoal.

As propriedades riqueza e saber ("rico e advogado") passariam a ser consideradas como atributos que emprestariam àquelles que lidam com a lei o poder (pessoal) necessário à defesa dos interesses com os quais estes sujeitos se identificam.

Ademais, ao ponderarmos sobre a sociedade brasileira, a prática do arbítrio autoriza o reconhecimento de ingerências pessoais efetivadas em função da dominação de uma sobre as outras classes sociais.

Em suas proposições alternativas em direção a uma nova ordem social, observa-se que apenas experiências da história brasileira são espontaneamente evocadas como referências, o que vale dizer que, com exceção de uma única situada na pré-história da terra no Brasil, todas elas se circunscrevem nos limites do capitalismo, localizando-se em seus mais variados períodos e valoradas de diferentes formas.

A análise procedida nas entrevistas, de forma individualizada, isto é, uma a uma, nos leva à seguinte constatação: o nível de socialização e de realismo em cada um dos projetos de reforma agrária formulados, apresentam correlação com o período histórico evocado como referência ideológica dos respectivos sujeitos. Ou seja, aquelas propostas que apresentam uma maior amplitude social — isto é, onde a reforma agrária é percebida para as mais variadas categorias sociais, — as referências his-

tóricas nelas encontradas situam-se mais longinquamente no tempo. Estas propostas por outro lado, contêm menor consideração aos dados da realidade presente.

Ao contrário, quanto mais próximo o tempo em que se localizam as experiências históricas tomadas como base, mais limitado é o universo social a ser beneficiado pela reforma agrária. Nestes casos, no entanto, se verifica um realismo mais acentuado que nos projetos anteriores.

Frente a tal constatação, indagamo-nos: teria o conhecimento da história das relações sociais de produção contribuído para a melhoria do nível político dos trabalhadores rurais ou, o nível político destes é que os teria remetido a experiências históricas anteriores, selecionando-as conforme a evolução deste nível? Em favor desta última hipótese, há que se considerar que as referências temporalmente mais distantes foram tomadas apenas pelos sujeitos do grupo dois, cuja prática se traduz pela ação de resgate de terras, formalmente pertencente a outros proprietários. Reforçando a primeira hipótese — da influência do conhecimento da história das relações de produção sobre o nível político —, tem-se a explicação verbal assumida pelos depoentes, bem como suas reações às representações cênicas alusivas a esta história. Registre-se que, dentre as reações observadas, a de maior receptividade e endosso mais significativo, clara e festivamente expressas pelos sujeitos presentes, em sua unanimidade, verificou-se na encenação resultante da entrevista em que o declarante propõe o uso comunal das terras, referenciado no período colonial e no império. (Cordel: O rico e o pobre no baiaio do rei). A conclusão — não autorizada pelos dados levanta

dos - qualquer que possa ser, certamente não invalidará a correlação constatada.

Creemos que, à medida em que o conhecimento da história das relações de produção se constituir instrumento organizativo destes trabalhadores, poderá contribuir para a melhoria do nível político de suas propostas.

Acompanhemos, pois, suas declarações, aqui apresentadas conforme a cronologia das referências históricas utilizadas por cada indivíduo ou por grupo de indivíduos igualmente referenciados.

No contexto de um diálogo sobre a expropriação de terras - de propriedade, posse ou uso - dos pequenos produtores rurais, desenvolve-se o seguinte raciocínio:

R. Não. Não pode não. Porque aí dirmantelou a máquina dos agricultor que tinha dentro dessa terra. Aí vai fugindo da história, né? Vai ficando mais distante. Assim eu penso.

(Z.G.2)

E depois, pontua:

R. Antes tudo era legal. Tudo era comum. Inxistia era tudo comum.

R. Pra isso, hoje ainda existe patrimônio, terras comuns. Essas coisa ainda se vê e eu conheço...

(Z.G.2)

Ao buscarmos na história o período aí abordado, poderemos situá-lo na pré-história da terra brasileira. Nesta fase, o regime comunal de propriedade permitia aos seus habitantes a apropriação dessa terra que se lhes apresenta sob a forma de despensa primitiva: "No começo da história a terra parece disponível, dada, dádiva inocente. É extensa, sem fim, lonjura, sertão." IANNI (1984:173). Este regime de propriedade comunal permanece até a implantação das Donatárias. (Conf. GUIMARÃES, 1981: 10).

Vejamos agora que proposta de reforma agrária corresponde a tal referência, apresentada então pelo mesmo indivíduo acima mencionado:

P. Então o senhor acha que deve voltar ao que era?

R. Se a obra foi bem feita em princípio, tem que ser bem feita no fim. Assim, voltando pra o que era.

(Z.G.2)

Aqui, parece ser reeditado o pensamento marxista: "o novo sistema para o qual tende a sociedade moderna será um renascimento (...) em uma forma superior (...) de um tipo social arcaico." MARX (1982b:177).

A seguir, referências e propostas de um novo declarante parecem transportar-nos para o período de transição da propriedade comunal para a propriedade privada, onde a terra — perdido o seu caráter objetivo de dádiva ou despensa — ainda é franca, embora, já de propriedade de um poder central:

R. Se o governo quer fazer, o dinheiro deles bota abaixo. Dentro da lei, botam advogado, botam juiz e então vai rebaixando a palavra do governo. E ele sendo rei a palavra é a dele.

R. Na minha meninice eu ouvi falar...

R. Era muito melhor.

R. Porque a terra era liberta, nós tinha a liberdade de, em todo canto que chegasse, botar o nosso roçado do tamanho que quisesse e ninguém não dizia nada, porque o dono das terra era um só. E hoje, os dono são muitos...

(C.A.2)

No período correspondente a esta descrição, os pequenos produtores mantinham relações de trabalho bastante diversificadas. A sensação de liberdade então experimentada advinha, por um lado, do fato de, no convívio com os escravos, não serem controlados pelo feitor ou pelo sino disciplinador do trabalho escravo, coletivo; por outro lado, da franqueza de terra de que dispunham, particularmente, quando proprietários formais investidos da condição de sesmeiros de terras (três léguas quadradas), contempladas da coroa portuguesa, ou quando posseiros de terras situadas nos intervalos das verdadeiras e extensas sesmarias. (Conf. QUEIROZ, 1978:Cap. 2)

Acompanhemos agora a proposta de reforma agrária do mesmo declarante, em que, como se pode constatar, não mais defende a propriedade comunal das terras. Entretanto, ele elege o princípio do trabalho como critério que deve presidir toda a mudan-

ça social por ele proposta:

P. A reforma agrária que o senhor tá falando é qual?

R. A reforma do trabalho. Se a senhora é funcionara, tem o dinheiro da senhora e num dá pra fazer uma feira, pagar luz, pagar casa, pagar água, farta muita coisa, a senhora — tá ouvindo? — se levanta na reforma agrária e então conclui para o governo, pra José Sarneis.

(C.A.2)

Percebe-se aí, como em vários outros trechos de sua entrevista, que seu conceito de reforma agrária não se restringe a uma transformação na política agrária, chegando a sugerir mudanças — extensivas aos trabalhadores urbanos — não condizentes com o modo de produção capitalista. A idealização do rei fusiona-se com fatos do momento atual — plano cruzado — e com informações ou idealizações sobre o exterior, para emprestar maior amplitude à sua proposta:

R. Eu acho que vai servir porque do jeito que ela vem pra a agricultura, também pode vim pra cana, também pode vim pra o funcionaro, que deve de ser incluído tudo que é trabalhadores.

R. ... pelas alturas da leis que ele já congelou, eu tô achando, viu, que ele quer o dinheiro do rico do tamanho do dinheiro do pobre e o do pobre do tamanho do do rico.

(C.A.2)

Refere-se ainda, este depoente, às implicações ou desdobramentos de tal medida sobre o proprietário:

R. Ele vai então trabalhar que nem a gente trabalha. Ele vai cortar cana, vai trabalhar em caminhão (...) que nem nós...

R. Fica tudo por inguã. Os estrangeiro num é assim?

(C.A.2)

Dentro desse princípio de igualdade uma nova divisão social do trabalho é incluída como componente de sua ideologia, de modo que a extração da mais-valia é eliminada da realidade por ele severamente criticada:

R. O camarada bota uma garrafa de cachaça amarrada pelo gogô numa porta, quando é no outro dia já tem empregado. Tá com uma toalha amarrada no pescoço, sete hora num quer atender seu ninguém. Que o Brasil tá todo coberto desse argoro, donde no estrangeiro é tudo dum tamãe...

(C.A.2)

Uma força capaz de submeter o poder econômico dos proprietários, terras para uso indiscriminado (embora de propriedade de um soberano), eliminação da apropriação do sobretrabalho de outrem e um movimento integralizado entre campo e cidade em defesa da classe trabalhadora, são pois, os conteúdos ideológicos apreendidos do conjunto de trechos deste entrevistado.

Dada a pertinência que atribuímos ao caso, num esforço de sistematização do conhecimento, lembremos, aqui, que, com relação à constituição das ideologias, "... o indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história dessas relações, isto é, o resumo de todo o passado." GRAMSCI (1981:40).

O sistema de morador, cuja contemporaneidade se verifica, inclusive em regiões do nosso estado, é uma outra referência em várias das entrevistas. Nestas, diferentes elementos caracterizadores ou afins deste sistema são apontados pelos respectivos sujeitos da pesquisa. Dentre estes elementos, a disponibilidade de terra como meio de produção e instrumento de trabalho continua a apresentar-se como aspectos fundamentais nos depoimentos, como neste a seguir:

R. Bom, a terra é o seguinte: uns anos atrás, a terra, a terra o homem tinha pra trabalhar sem pagar direito. Por quê? Porque todo mundo era morador das fazenda. E hoje modificou as coisa, (...) não existe mais morador. Alguns morador existe e nada mais.

(Z.Z.1)

E mais adiante justifica seu protesto à eliminação desse sistema:

R. ... porque o trabalhador tinha a casa pra morar (...) tinha o terreno pra trabalhar, ele tinha a liberdade de criar na terra...

(Z.Z.1)

Uso e controle da terra que cultiva para a própria sobrevivência, o aparente não pagamento da renda, moradia e liberdade de criar animais são os elementos aí reclamados.

À semelhança do que ocorreu a partir da criação da Lei de Terras (1850) — que "Extingue o princípio de doação e inaugura o da compra para aquisição de terras devolutas" IANNI (1984: 75), apresenta-se este meio de produção, hoje monopólio da classe possuidora do capital, como necessidade suprema, capaz de ameaçar, inclusive o desejo de liberdade, como se pode perceber nos trechos a seguir:

R. Só que o home quando é morador ele tá sujeito...

(Z.Z.1)

Com um conceito de liberdade derivado diretamente do processo de produção — como igualmente revelado em outras pesquisas relativas ao tema (Conf. SOARES, 1981:37), este entrevistado a descreve:

R. Porque é o seguinte: sem liberdade o homem vive muito agoniado. O home tem que ter a liberdade, tem que ter os dia de trabalho durante a semana e tem que ter os dia de descanso...

R. Mas ele (...) em situação ruim (...) ele vai tirar um fim de semana, dia de sabo (...), vai fazer um terreninho, plantar uma batata doce, plantar um pé de macaxeira...

(Z.Z.1)

Refere-se ele aí à sua própria condição atual de "alugado", isto é, de assalariado temporário, diarista, na cana, condição essa que associada com a ameaça contra a sua condição de pequeno produtor, constitui aquilo que ele designa como "situação ruim". Prosseguindo em sua exposição, vai este sujeito renunciar a esta liberdade — que de tão criança ainda está presa à materialidade que a gestou — em função da sobrevivência, isto é, direito ao trabalho, claramente explicitado em sua proposta de reforma agrária:

R. ... a solução seria melhor se os home da lei abrisse um tipo de lei no país conforme a reforma agrária...

R. Precisa primeiro, primeiro do que tudo, (...) pra o trabalhador home do campo, a terra pra o home trabalhar... pra sobreviver com a família...

(Z.Z.1)

E descrevendo que medida teria a terra cedida pelo seu proprietário ao respectivo morador, ele se pronuncia:

R. ... porque ele ia trabalhar (...) mesmo que não tenha condição de beneficiar o terreno [alheio]...

R. ... mais ou meno pra ele viver, dois hectare.

R. ... dá, porque é o seguinte: dois hectare de terra são vinte e oito conta de terra, quer dizer, um pai de família tendo cinco filho já dá pra enterter.

R. ... tendo três filho, dois filho que ajude ele no roçado, quer dizer que a coisa melhora, né?

(Z.Z.1)

Em tal proposta de reforma agrária, não é mais a posse ou propriedade do meio fundamental de produção — a terra — mas sim o direito ao trabalho que é aí reivindicado.

Merece ser destacado dos trechos acima registrados, o conceito de liberdade apresentado. Do ponto de vista da ideologia, a passagem do momento meramente econômico para o momento ético-político, parece não ter aí ocorrido. Esta passagem, por GRAMSCI chamada de "catarse", constitui o que o mesmo autor considera "... a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens." (1978b:57). Cabe, pois, à educação — enquanto processo potencializador da passagem de um a outro nível ideológico, isto é, do pensar "materializado" imerso no cotidiano à dimensão política, assumir o encargo da "catarse".

Finalmente, um período mais recente em que a indústria, sob o signo do capital estrangeiro, vai se impondo sobre a agricultura e a proletarização se define generalizada — mesmo sem condições de absorção total dos pequenos produtores expropriados de terra — vai referenciar alguns dos sujeitos investigados. A história de vida dos avós e dos pais que, em vários casos inclui a própria infância do declarante, atesta essas transformações, que no carimbo da memória ou nas cicatrizes do próprio corpo, se fazem presentes:

R. Aí ela [mãe] vei...

R. De pés (...) que nesse tempo era um tempo atrasado, né?

R. Com quinze dia de resguardo, dormindo pelos camim...

R. Pra comer, pra me criar, eu e um irmão meu (...) ela

trabaiou intê por banda de girimum. O povo pagaro a ela.

(M.A.1)

Outro informante descreve igualmente essa migração acentuada e vivida por tantos outros pesquisados:

R. Saí de lâ com quatro ano...

R. Meu pai saiu de lâ, né? Porque não tava dando pra ele. Nesse tempo [ele] vaquejava na fazenda do patrão. Aí num deu pra ele, ele pegou, saiu. Fumo pra Ingá do Bacamarte. Lâ moremo doze ano. Depois disso (...) viemo pra o Dr. Fulano de Tal. Moremo dezoito ano. Adispois disso, viemo pra Maculada (...) pra as terra do Seu Fulano. Moremo, parece oito ano. Fumo pra Rio Tinto. Vortemo. Inda hoje tamo por aqui, apelano.

(V.F.1)

Nessas entrevistas, a migração resultante dos movimentos do capital, parece repercutir em suas ideologias, através de cujas expressões, se apresentam como órfãos de "pai" ou "protetor" (patrão paternalista) e da "mãe" (a terra), que tudo dá. Neles, como se verifica, a perspectiva histórica parece substituída pela radical acomodação ou pelo ceticismo político. Nenhum projeto de reforma agrária é por eles apresentado, não vislumbrando pois, nenhuma nova ordem social.

Os filhos são a única menção feita sobre o futuro pelo

entrevistado a seguir, cuja terra em que vive e trabalha é de propriedade da própria mãe medindo uma cinquenta e meia (menos de dois hectares), a ser herdada por cinco filhos, incluída aí a declarante. Esta, por sua vez, é mãe de dez filhos, maiores e menores de idade, a respeito dos quais ela opina:

R. ... eles (...) aumentando, vai trabalhar...

R. Aí eles vão se destinando. Aquela que for ficando mais velho, vai se destinando a vida deles a trabaia.

R. ... de enxada...

R. Fora, que nem o pai deles trabaia.

R. A partezinha de terra que eles têm só é mermo o que fica pra mim (...) que toca pra eles.

R. Pelas terra dos outro (...) que num tem quem queira dar lugar pra pessoa morar, né?

R. Ou se não, fazer uma rua, cada quã assituar-se. Uma conta e cinco braça dá pra todos eles?

(M.A.1)

Ao longo de toda a entrevista, a declarante não expressa revolta ou qualquer desejo de transformação social. Descreve a penúria de sua história, a situação de pobreza em que vive, sem que a conteste, do que se infere uma atitude típica de acomodação.

De certa forma, diferente é a atitude do produtor abaixo que, embora se mostre politicamente cético, reage emocionalmente em tom de revolta e intolerância ao se referir à reforma agrária:

R. Tô achando! Tô achando, que num tô vendo nada a favor da gente! (...) só tô vendo é conversa que soa por aí. Mas num tô vendo nada!

R. Eu só digo... só acredito quando chegar. Enquanto num chegar, num tô vendo nada. Num tô vendo nadinha!

R. Se dê sorte dela vim... vá lá. E se num dê, nós fica nisso mermo. Fica como Deus quiser. Fica pior...

(V.F.1)

Em tal atitude se observa uma total espera, não percebendo este indivíduo a classe trabalhadora como perspectiva, como sujeito histórico, cuja direção e curso dependerão de suas atitudes e disposição de luta. Migrar parece ser a sua única forma experimentada de resistir, embora a nível existencial e individual. Assim, nos indagamos: ao errante, que raízes hão de alimentar?

Como o legislativo, o poder judiciário aparece na ideologia dos pequenos produtores rurais como uma atribuição — embora confusa ou secundária — do executivo. Observa-se que esse poder não aparece relacionado a ocorrências ou situações do passado remoto. Tal contemporaneidade, acreditamos seja devida ao caráter que os movimentos sociais rurais têm assumido nas últimas décadas. As Ligas Camponesas, bem como a forma de encaminhamento das reivindicações assumidas na filosofia e pela filosofia da igreja progressista — as quais passam sempre pelo jurídico — supomos poder considerá-las como um dos fatores explicativos para a inclusão desse poder na visão camponesa. Tal hipó-

tese, nos remete à indagações relativas as concepções que se consolidarão nesses sujeitos com relação ao Estado. Supomos que essas novas relações poderão configurar-se numa das duas direções: ou reforçarão e atualizarão a imagem de um Estado neutro ou favorável ao trabalhador rural ou, apresentar-lhes-ão o Estado como um "novo" espaço de luta de classes.

Vejamos seus depoimentos:

R. ... é proque o fazendeiro, o usineiro... se entra [termo com que denominam a "invasão"] um bocado de pobre pra trabaiã, ele joga a poliça em cima, dá despejo, bota pistoleiro pra matar.

P. E os policiais vêm a mando de quem?

R. Viero a mando do proprietario, porque ele se concordou-se com o juiz.

P. E o juiz...?

R. Eu acho que o juiz (...) proque... certamente foi da parte do fazendeiro, do senhor de ingém. Se fosse a favor do nosso trabalhador ele não ia cair nessa instância de adquirir poliça pra vim dar despejo ao trabalhador.

(C.A.2)

A relação entre poder econômico e judiciário parece fechar-se num círculo em espiral, tecido por decisões, opções ou mandos de cunho pessoal e voluntários apenas. Ao contrário, o julgamento feito sobre o executivo se sustenta noutro raciocínio:

P. E o Presidente manda no juiz?

R. Manda.

P. E por que ele permite o despejo?

R. Porque ele num tá com as força toda dos trabalhadores. Ele num tá com a reforma agrária garantida ainda por causa do povo que num tá tudo organizado do lado dele.

P. Sim...

R. Aí o juiz procura essa força e encronta e aí concorda com o proprietario. Chama a poliça e dá despejo.

(C.A.2)

O judiciário como força ou instrumento cooptado pelo poder econômico se apresenta como a fórmula ideológica encontrada para eximir o executivo de sua responsabilidade e adesão junto à classe proprietária, no seu confronto com os trabalhadores. A sua fraqueza ou debilidade aparece como fruto dos movimentos sociais emergentes, sendo justificada pela fragilidade desses movimentos.

Admitimos que a estrutura centralizada de poder na ideologia dos pequenos produtores rurais, em nossa pesquisa, de fato, reproduz a estrutura das relações sociais de produção, em que a figura do patrão, na hierarquia dessas relações, parece refletir e reproduzir aquilo que Deus onipotente e único representa na cultura cristã. Tal constatação se confirma em outras pesquisas tais como as de Foster e Gross citadas e analisadas por FORMAN (Conf. 1979:280-281).

O poder econômico da sociedade, normalmente restrito aos

proprietários de terra, é percebido como força paralela ao poder político e dele claramente distinto. Tal separação revela-se como fundamental para viabilização da visão daquela aliança entre os pequenos produtores rurais e o centro do poder político. A operância e prevaecimento deste poder econômico sobre o político são tratados como resultantes de diferentes fatores contingenciais.

Ora, o julgamento ético-moral, tal como "ser pecador", justifica o mundo dividido em ricos e pobres, ora a simples vontade pessoal ou consentimento do governante explica a hegemonia real ou imaginária dos fazendeiros ricos ou usineiros capitalistas. Paradoxalmente, os movimentos empreendidos pelo trabalhadores rurais, em sua debilidade, são apresentados como elementos viabilizadores (indiretos) da manutenção do poder destes proprietários sobre a sociedade. Sua vulnerabilidade é então responsabilizada, por faltarem com o apoio devido ao Presidente quando deveriam fortalecê-lo e levá-lo a suplantar o poder econômico. Este, por sua vez, aproveita-se dessa situação para a cooptação do judiciário.

Observa-se que apesar da exemplificação objetiva e de a simbologia transcendental — muitas vezes expressas nas metáforas inspiradas em atos divinos — serem traços característicos no discurso camponês, chama-nos a atenção o fato de, na análise procedida pelos sujeitos em estudo sobre as relações sociais de produção, suas argumentações de caráter metafísico parecem não ter sustentação ou vinculação material. As ocorrências cotidianas ou esporádicas, via de regra, se expressas espontaneamente, não são tomadas sequer como ilustração ou referências, de modo

que pudessem, ideologicamente conferir uma concretude a esta lógica metafísica. O nível de generalidade de tais explicações permite, assim, que este tipo de lógica se mantenha e se efetive, mesmo que no convívio de uma outra lógica mais dinâmica - a das relações sociais de produção - referenciada por personagens reais, fatos e relações concretas em movimento. Enfim, conseguem conviver ideologicamente com o divino e o profano, o metafísico e o real.

Desse modo, entendemos que, a custo de suas contradições ideológicas, conseguem alimentar suas esperanças e perspectivas, ao mesmo tempo em que percebem, ao nível do manifesto, a dinâmica provocada pelo capital. Assim, por exemplo, conseguem em um momento, explicar a supremacia do econômico sobre o executivo (o que permite a exploração desmedida dos trabalhadores rurais) como decorrência de um plano divino, em que o pobre explorado sofrerá na terra, enquanto pecador, mas que no céu terá direito a uma vida de recompensas e de prazeres; enquanto em outro instante, apontam, com incrível lucidez, a divisão social do trabalho como fator determinante daquela exploração. A partir dessa interpretação, poderíamos compreender mais facilmente, não apenas que no senso comum (nível da ideologia correspondente a esta classe) contradições e fragmentações do conhecimento são encontradas, mas também que, nele, igualmente predominam "... os elementos realistas, materialistas, isto é, o produto imediato da sensação bruta, fato que ademais não está em contradição com o elemento religioso, ao contrário." GRAMSCI (1981: 144).

Se em suas relações com a terra-natureza e meio de pro-

dução e com a estrutura social de poder, os pequenos produtores rurais apresentam ideologias mais reprodutoras que transformadoras, como se comportam eles no mercado, espaço onde, ao mesmo tempo, se afirmam sujeitos econômicos e se defrontam com o processo mais efetivo de apropriação dos frutos do seu trabalho?

CAPÍTULO 5 - HOMENS E LUBISOMENS

Ocupar-nos-emos, nesta abordagem, com ideologias relativas à terra enquanto objeto de mediação mercantil, isto é, situada no âmbito do mercado, aqui entendido como conjunto de trocas econômicas. Em tais trocas, pretende-se incluir desde a permuta dos frutos materiais do trabalho até as trocas mais essenciais, quais sejam: as trocas de atividades e de capacidades que têm lugar na produção. (Conf. MARX, 1977:227).

Como tais, nas descrições dos investigadores, identificam-se o pagamento do foro, o cambão e a conga, a compra da terra, a sua venda, a dos seus produtos e a da força de trabalho, bem como a relação política com o poder municipal e finalmente o resgate dessa terra que se inscreve na perspectiva da desapropriação.

Dessa forma, algumas indagações se colocam em nosso esforço de compreender as visões camponesas veiculadas e explicitadas nessas trocas: no seio das contradições inerentes ao próprio capitalismo, que ideologias se constata a partir da metabolização dessas práticas? Representam elas adesões ideológicas à evolução capitalista ou significam resistência à sua atualização? Em termos de perspectivas históricas, em que direção apontam?

Supomos que os desdobramentos teóricos de tal problemática poderão justificar a organicidade atribuída a tais ideologias.

A título de referência inicial, retomemos dos capítulos 3 e 4, as atitudes dos entrevistados frente à propriedade priva

da capitalista. A migração, dentre estas atitudes, apesar de efetivada individualmente, nos informa sobre uma visão crítica diante da exploração praticada contra esses produtores, neste tipo de propriedade. A esta vendem sua força de trabalho, embora só o façam parcialmente e quando pressionados pela ameaça à sobrevivência. Neste caso, se autodenominam de "alugados", cuja condição social é por eles traduzida como o mais radical atestado de miséria e dominação.

Na busca de outros mecanismos que eles vêem como mais dignos é que insistem na reprodução de algumas práticas, as quais parecem não mais convir a este tipo de propriedade, ao seu cálculo empresarial: o sistema de morador (Cordel: "A peieja do roçado com a cana nas terras do Mourão" - Z.Z.1) e o pagamento do foro (Cordel: "O mistério que não vem da terra" - J.J.1).

Adotando-se provisoriamente a hipótese, segundo a qual o camponês é resistente à propriedade privada capitalista, expomo-nos a controvérsias encontradas na literatura pertinente à avaliação do potencial revolucionário desse campesinato. Aí, duas tendências se delineiam: por um lado, deparamo-nos com a análise em que o pequeno produtor rural seria considerado avesso ao capitalismo e, como tal, depositário de ideologias feudais, retrógrados portanto, e resistente às mudanças desejadas, viáveis no bojo do modo capitalista de produção. Tal tese parece inspirar-se em MARX (como nos levam a supor Lênin (Conf. O. E. t. 3:357) e Gramsci (Conf. 1978b:267-269)). Na análise sobre a França de Bonaparte, ele compara os camponeses a "sacos de batatas", e refere-se a sua incapacidade de fazerem valer seus interesses de classe e se representarem em seu próprio nome, ten-

do, pois, de serem representados por alguém que lhes pareça seu senhor (Conf. O.E. v. 1:277), responsabilizando-os (ao lado de outras forças) pela vitória da República burguesa (Conf. MARX, O.E. v. 1:209). Entretanto, é o mesmo autor que, ao posicionar-se sobre as comunas rurais da Rússia, quando consultado sobre dúvidas geradas pela leitura de seus textos, defende: "A análise feita em O Capital não oferece, portanto, razões nem a favor nem contra a vitalidade da comuna rural, (...) esta comuna é o ponto de apoio para a regeneração social na Rússia" MARX (1982b: 188). Em nossa interpretação, inferimos dos textos citados, a existência de uma contradição, a qual nos parece não assumida pelos adeptos de sua tese.

Por outro lado, a mesma suposta resistência à propriedade de privada capitalista - princípio fundamental deste modo de produção -, é-nos, algumas vezes, colocada de modo a nos induzir a considerá-la como indicativo de um vanguardismo, pelo menos virtual, desses produtores, na perspectiva socialista (Conf. SOARES, 1981:223).

Admitindo que ambas as tendências - resistência às mudanças e vanguardismo - têm (apesar de Marx contestá-lo em textos de abordagens genéricas (Conf. MARX, O.E. v.1:25; 1982c:43) como pressuposto o caráter excludente entre os termos de binômios, tais como feudalismo X capitalismo, valor-de-uso X valor-de-troca, sentimo-nos impelidos a orientar nossa reflexão por outra lógica.

Ademais, no que tange à percepção da terra como valor-de-uso (tratada no capítulo 3), lembremo-nos de que este valor, embora contenha uma oposição ao valor-de-troca, é ao mesmo tem-

po o seu veículo material (Conf. MARX, 1982c:43). Desta forma, conceber a terra através do seu uso não deveria, pois, ser interpretado como anticapitalismo, como antimercantilismo, fenômeno no esse, que poderá configurar-se como reforçador da corrente marxista acima abordada.

Ao reconhecermos que "... o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado ..." OLIVEIRA (1981: 27), admitimos que tal padrão econômico que se efetiva entre as diversas realidades, tem seus desdobramentos a nível superestrutural. Assim, particularmente na agricultura, as relações sociais de produção, operacionalizadoras desse padrão de desenvolvimento econômico, seriam assimiladas e reelaboradas, ideologicamente, pelos respectivos agentes da produção. Desse modo, ideologias plenamente capitalistas e ideologias pré-capitalistas — como as relações que lhes servem de base material — podem não apenas conviver e se tolerar como ainda serem coordenadas e requisitadas pelo próprio capital, em função de sua expansão.

Assim posicionados, acompanhemos então a descrição das práticas econômicas desenvolvidas pelos sujeitos da pesquisa.

Sobre as formas comuns de aquisição de terras depõe a entrevistada:

R. Aí ele [ex-companheiro da mãe] queria vender um pedaço de terra. Aí mãe falou pra mode [ele] vender [a ela]. Aí ele disse a mãe que [a ela] num vendia por dinheiro nenhum não. Aí mãe chegou e botou outra pessoa por fora.

- P. Ele não queria vender por causa da separação?
- R. Era... era porque ele não queria deixar mãe com nada, né? Deixar a gente tudo nos are mermo, sem ter onde morar. Aí eu sei que mãe chegou (...), botou outra pessoa por fora e comprou (...) o pedacim de terra dele...
- R. É uma cinquenta e meia...

(M.A.1)

Como se pode observar, tem-se aqui a descrição de uma troca, em que a terra, para ser adquirida, foi permutada por outro termo: o dinheiro. Afora a herança, a compra de terra (cada dia mais inacessível) se constitui na ideologia camponesa, não apenas como uma prática regular, mas também aceitável e desejada, como ilustra o empenho acima descrito. A terra caracteriza-se assim, na visão desses camponeses, como mercadoria, como valor-de-troca.

Registre-se, porém, que tal concepção parece ainda estar em processo de consolidação. Vejamo-la no percurso de transformações por que tem ela passado:

- R. ... e então botou pra lotear os terreno. E a preferência era dos morador.
- R. Isso foi... isso foi... em cinquenta e... foi de cinquenta e cinco até sessenta.
- R. Intê sessenta ele tava vendendo essas terra.
- R. Pois bem, aí o vigia foi na minha casa eu num sei quantas vez, mandado por ele pra eu comprar o sítio.

Eu também num sabia que terra fazia uma coisa dessa! Porque tudo era de graça naquele tempo. Ninguém sabia que terra ia subir desse jeito. Eu disse: você quer saber de uma coisa? Eu num quero não. Num lugar muito esquisito!

R. Aí quando eu resolvi num querer mermo, quando foi no outro ano, lá vai terra, terra já tava por vinte e cinco, por trinta e lá vai. Pronto, quando eu cacei terra nos pés, já num pude mais. (A.B.2)

O procedimento da compra — como o da venda — nos revela o reconhecimento pelos pequenos produtores de que a terra é objeto das relações mercantis, isto é, apesar de um bem natural, é monopolizável, portanto passível de trocas. No entanto, as trocas mercantis em si não caracterizam o capitalismo, vez que, como é sabido, já eram efetivadas em etapas muito primitivas da evolução da civilização, e só se configuram como fenômeno capitalista quando generalizadas, quando universalizadas em uma dada formação social, de modo a impregnar todo o seu tecido, em todos os níveis e áreas (Conf. LUKÁCS, 1974:99/102). Interpretamos que, no caso acima, o valor-de-troca da mercadoria terra revela-se como ainda não tendo forma independente, mas sim estando ainda diretamente ligado ao valor-de-uso (Conf. MARX 1977:57).

No caso da venda da terra, observa-se que, embora, aceitável, normalmente ocorre quando premida por forte necessidade, como nos revela a informante abaixo:

R. Duas hectara e meia do vêi meu pai. Depois que ele morreu fiquei com a velhinha. Sofremo muito, né? Por causa que num tinha condição de nada. Nem de viver!

R. ... com onze herdeiro...

R. Doze com a meeira que era minha mãe, né?

R. ... ela vendeu um pedacim, um nogoço de mêi hectara, né?

R. Quando meu pai morreu deixou mêi isolado. O que ele tinha, as besteirinha que ele tinha, gastou com a doença... (M.V.1).

Outra forma de comercialização da terra, embora não formal, é a prática de pagamento do foro, defendida pelos entrevistados:

R. Pedi um pedacim de terra pra eu prantar um pé de roça. Ele me deu. Aí eu prantei. Quando foi no fim do ano, eu fui pagar o foro, ele disse: — "não, você não precisa pagar o foro não." — Mas eu quero pagar. — "Mas num precisa pagar não. Você é gente boa, nós se acerta depois, tá?"

P. Por que o senhor queria pagar?

R. Por que eu tinha mais direito.

P. Quais?

R. Os direito de quem mora e paga foro, paga seus direito. Ele tem direito em toda parte. Tem direito pela justiça, tem direito pelo syndicate, inté pelo proprietário ele tem mais direito. Tem direito pelo juiz.

P. Tem mais força, é?

R. Tem mais força, é. Por que se ele quiser recramar, a gente fala mais arto. Por quê? Porque a gente tem mais direito. (A.C.2)

Verifica-se que o investigado expressa, em sua defesa do foro, seu empenho em se constituir como sujeito econômico. Ora, como sabemos, a igualdade na efetivação das trocas, apresenta-se nas sociedades capitalistas, como condição para que o indivíduo se torne e se afirme sujeito. Assim, ao pagar o foro, estaria ele criando esta condição, através da qual, em sua percepção, superaria a dominação, a "sujeição" por ele temida.

Esse tributo devido ao titular da terra pode ser pago em dinheiro, em produto e em serviço. Sobre esta última forma declara o informante:

P. Tem um roçadinho?

R. Tem um roçadinho.

P. Em terra sua?

R. É já por baixo dos coqueiro dos outro...

P. Arrendado?

R. Num é arrendado. Aquilo o trabalho é tratar os coqueiro, entendeu?

(A.B.2)

Pago ao proprietário fundiário, este tributo constitui a renda da terra, ou seja: "... a expressão de apropriação direta do sobretrabalho e, que por conseguinte, é o resultado de

uma relação de produção que coloca face a face o proprietário da terra e o produtor direto." WANDERLEY (1979:23).

Como se percebe nos trechos das duas entrevistas acima, este pagamento — a renda fundiária — foi extraído ou gerado na produção, isto é, no próprio processo de trabalho do pequeno produtor ao explorar a terra. No primeiro caso, constata-se quando ele afirma: "Quando foi no fim do ano eu fui pagar o foro...;" portanto, após produzi-lo. No segundo caso, o entrevistado informa: "Aquilo o trabalho é tratar os coqueiro...", isto é, o próprio trabalho se constitui como renda paga ao dono da terra. E sendo entregue diretamente ao proprietário, dispensa a mediação do capital. Desta forma, configura-se esta renda como tributo pessoal que se realiza, na relação direta, apenas entre dois agentes da produção.

Com idênticas características econômicas se apresenta o cambão, correspondente à renda da terra, paga em serviço.

Ora, se o capital é uma relação social — e não pessoal — regida por leis específicas, e condicionada por diferentes fatores sociais, não poderá ocorrer, de forma imediata, apenas entre um e outro agente que efetuam uma troca direta entre si. Daí, a renda paga sob a forma de foro, de meia, de cambão caracterizar-se como tributo pessoal. (Conf. MARTINS, 1983:163; MARX, O Capital, livro 3, vol. 6:905-912).

Registre-se que a consideração aqui feita a este tipo de renda se situa a nível formal das relações de produção, pois sua dinâmica real confirma e reforça a visão das relações expressas nesta renda (chamada pré-capitalista) como relações resultantes do próprio capitalismo. Nela, o proprietário fundiá-

rio recebedor da renda, não reparte com o capital a quota de mais-valia que este tributo representa. Daí ser dito que "... a propriedade de terra na figura do proprietário ergue-se diante do capital para cobrar um tributo, para cobrar uma renda, sem o que este capital não poderá expandir-se na agricultura e dominar o trabalho no campo" MARTINS (1983:170).

Interpretamos que seja neste sentido de resistência à dominação direta sobre o trabalho que os pequenos produtores rurais apresentam-nos o foro como um "direito", como estratégia de defesa, o qual, em suas visões, parece revelar-se, como prática limítrofe entre a forma de produzir camponesa, autônoma e a outra, a da sujeição: "o alugado".

Nesta última, isto é, no assalariamento temporário, alguns fatores são por eles destacados, entre os quais a dominação direta sobre o corpo e sobre o tempo aparecem citados em seus depoimentos comparativos dos dois sistemas, pequena produção e assalariamento:

R. A diferença é que o agricultor trabalha pra ele. E o da usina trabalha para o usineiro e pra os empregados. É. A diferença que se acha são essa. E nunca tem vantagem não. Encontrar vantagem de trabalhar não, na usina pra conferir com a agricultura não. A agricultura tem outro assunto.

P. Mesmo que não seja em terra própria?

R. Que não seja em terra prope tem mais vantagem.

P. Qual é?

R. Porque ele tá trabalhando pelo menos enganado, que o

patrão engana com aquela parte da terra que arrenda [refere-se ao foro 'I'] "pronto, vã trabaiâr] alí. E ele ['trabalhador'] acha uma grande vantagem tã trabaiano alí, embora que ele teje trabaiano também pra o patrão. A usina é diferente. Trabaia tudo pra o patrão.

P. É?

R. Num tem nem engano.

P. Como?

R. Todo trabaio pesado é da usina, das empresa, porque nós temo que puxar pelo insforço prope. Eu fazia valeta, eu cavava barro, terra, trabalhava na estrada de ferro. Tã vendo meu trabai qual era? Enxada, picareta, enxadeco, pá.

P. E na agricultura?

R. ... na agricultura, quer dizer, é mais leve, mais condição, mais calma, quer dizer que popa mais a criação.

(Z.G.2)

Neste trecho, parece-nos que, de fato, o entrevistado refere-se ao ritmo de trabalho, como diferenciador dos dois processos. A contestação à proletarização, observada na unanimidade das entrevistas, é-nos claramente traduzida pelo diálogo que se segue, efetivado, em conversas informais, entre os próprios pequenos produtores:

R. ... os alugado. Eles quem veve mais machucado, mais

revoltado. Um home alugado é um bagaço. Saem de madrugada de casa com um cafezim. Andam que só a peste, tem deles que andam mais de uma hora pra chegar lá. Trabaíam feito uns desgraçado, alí na sujeição. Adispois, voltam. Quando chegam em casa, de noite, arreiam. Tudo moído.

(S.S.1)

R. Quando saem de casa, levam uma mochilinha [com o almoço]. Chegam lá, dão de garra dum cantim pra botar. Se tiver gai de ave [galho de árvore] pra trepar, muito bem. Se não, botam ali no chão mermo. Aí as formiga toma de conta.

(J.A.1)

R. E se tiver chovendo? Aí é danado mermo. Você já pensou o cabra ter de comer no meio do tempo, com o comer muiado? Isso é vida de home?!

(J.A.1)

Vale ressaltar a não-identificação deste sujeito com os as salaríados, pois, refere-se a "eles", como se não fosse um "alugado", o que contradiz a sua atual situação. A descrição que prossegue é, agora, da esposa deste declarante:

R. E quem toma de conta dele é pior ainda. Acorda de três pra quatro hora pra fazer o comer dele levar. E de noite pendendo de sono, vai botar o bocado quando

ele chega. Eu mermo, de primeiro, botava o feijão no fogo e voltava pra tirar um cochilo. Quando dava fé era a catinga de queimado no meio do mundo. Aí pronto, ficava doidinha. Agora não tem negoço de cochilo mais não.

(L.P.1)

A distribuição e uso do tempo, a sua administração de acordo com suas necessidades biológicas (particularmente de saúde), de lazer e ainda político-organizativas constituem fatores igualmente significativos, entre esses pequenos produtores. Sobre esta última necessidade nos fala este investigado:

R. Porque a vida deles sô é ali dentro. Num podem nem sair pra lutar fora, ou pelo menos se entrosar com os trabalhadores pra eles se... comunicarem, se contar a situação. Mas eles nunca podem sair daquela comunidade.

(L.C.2)

Como foi visto no Capítulo 4, a leitura que esses produtores fazem da atual conjuntura reforça a concepção da aliança entre o Presidente e a sua categoria. Deste modo, ao traduzirem a atual incompatibilidade do foro com a propriedade privada capitalista da terra, parecem procurar, então, atualizar suas ideologias pela via do Estado, cuja intervenção é desejada de diferentes formas e graus, a nível das trocas econômicas:

R. Eu fico triste de ver os home parado.

R. Nada bom o governo tã fazendo pra nãos. Bom ele fazia se assim... mandasse pelo menos os proprietario soltasse terra pra os home trabalhar.

(M.V.1)

Ou como analisa o declarante a seguir que, após considerar as Ligas Camponesas e o atual movimento dos sindicatos rurais, como fatores de grande influência para a recusa da prática do foro por parte dos proprietários de terra, propõe a intervenção do Estado, justificando-a, conforme ilustra:

R. [O proprietário] Bota o morador, né? Dã uma cinqüenta de terra pra trabaiaã. Aí puxa logo três dia pra ele. Certo? E acuma paga esses três dia? Paga a 20.000. É 60.000. né? E o pai de famia, ele num vai comer [sõ] desses 60 durante a sumana. Aí vai trabaiaã aquela outra parte de terra [aquela cedida para uso próprio] três dia também. E ficando no mando dele [refere-se ao Presidente] quer dizer que ele [trabalhador] fica no dele mermo aqueles cinco dia, né?

(J.J.1)

Sobre a relação econômica com o Estado, depois completa ele:

R. Paga. Paga no finã do ano [ao governo] (J.J.1).

Nesta descrição, somos informados sobre a insuficiência do salário pago pelo patrão, o que leva o depoente a propor a intervenção do Estado. Este, em sua visão, lhe dispensaria de trabalhar diretamente para o titular da terra. Assim, livrar-se-iam eles das relações com o proprietário. Relações estas que se apresentam por demais incômodas. Em suas expectativas, o Estado passa então, a ser visto como alternativa única para a superação das atuais dificuldades. Embora creiam esses produtores na existência daquela aliança, o entrevistado — como todos os outros — não propõe que seja dispensado pelo Estado o pagamento da renda da terra, isto é, no caso, o foro, ao Estado. Se esta prática se lhes apresenta como direito, como mecanismo de resistência, ao efetivarem tal pagamento ao Estado, certamente, estariam garantindo a continuidade, a estabilidade do próprio processo de produção, ao mesmo tempo em que estariam assegurando o direito de herança dessa terra aos próprios filhos. É, pois, uma proposta que contém uma ambigüidade: o foro, ao mesmo tempo que legitima a propriedade privada, defende-os contra a proletarização e a expropriação da terra. "Em outras palavras, poder-se-ia entender que a persistência do exercício de atividades autônomas da produção direta de valores de consumo significa a ocupação de espaços econômicos, deixados ainda livres pelo capital e aproveitados e geridos pelos trabalhadores" GIULIANI (4 - 5:130).

Assim, pode-se admitir que, se na esfera das relações políticas, a aliança com o Estado por eles pressumida, através do seu representante, parece processar-se dentro de uma perspectiva paternalista, caracterizada por um ato ideológico de

espera ou de entrega diante deste poder centralizador, na esfera das relações mercantis, essa relação parece configurar-se com base em outra lógica: a lógica mercantil das trocas.

Considerando-se a circulação dos produtos não apenas como momento determinado da troca, mas, particularmente, da produção, acompanhemos suas descrições sobre a comercialização desses produtos, tentando observar como esses produtores vêm a apropriação dos frutos do seu trabalho, ou seja dos frutos daquela mesma atividade cujo controle é por eles tão defendido.

Como é sabido, a forma camponesa de produzir tem-se caracterizado, por ter a família como unidade de produção e consumo e como critério de seleção das culturas agrícolas as necessidades de subsistência, sendo o seu excedente vendido no mercado, com vistas à sua complementação. Esses produtores com parecem no mercado, espaço em que o valor do seu sobretrabalho é apropriado pelo capital. Ora, se a classe possuidora desse capital com isso se beneficia, não aparece aí como classe antagonica e exploradora, mas sim, como sujeitos individualizados que efetivam tais trocas, à semelhança dos próprios trabalhadores rurais, que, igualmente individualizados, e "espontaneamente" aí comercializam seus produtos. Assim, o camponês não poderá identificar esses sujeitos no âmbito da luta de classes. Diluída, pois, no mercado, essa classe capitalista vai usufruir econômica e ideologicamente os benefícios políticos daí advindos.

O trecho a seguir, parece ilustrativo de tal fenômeno, descrito por um proprietário de três contas de terra (trinta e seis braças quadradas):

P. E os preços?

R. Tem preço certo não. Lá pra baixo [sede do município] é que dá arto, né?

P. Vale a pena [a venda] ?

R. Paga por que é (...) pra gente mermo [consumo próprio]

P. Quem compra?

R. A turma da cidade. (J.J.1)

Aqui, o entrevistado situa as trocas mercantis na divisão social do trabalho, na qual, o intermediário, indivíduo citadino, materializa-se como agente do capital, sobre o qual é comentado:

P. Vocês têm balança?

R. Não, ele traz.

P. É de confiança?

R. Aí ninguém sabe... (J.J.1).

Para a ausência de revolta constatada em suas referências a este agente (observada igualmente nos demais entrevistados, como em outras comunidades por nós conhecidas) — ao contrário do que ocorre em suas análises sobre a exploração por parte do patrão — atribuímos, entre outros fatores, o fato de este intermediário ser o viabilizador do escoamento dos produtos agrícolas por eles produzidos, cujas dificuldades nos são descritas e analisadas no trecho abaixo. Para que possamos acompanhar toda a lógica por eles elaborada e regida pelas leis de

mercado, sigamos a descrição de um mesmo declarante, ao longo de sua entrevista.

P. E não era melhor vender na cidade não?

R. Era não. Pra gente não.

P. Por quê?

R. Porque a terra é pouca. E lá, tem que pagar o frete do carro, pagar o chão [imposto pago à prefeitura], sujeito a num tirar tudo [o produto] Aí quando o sujeito cai fora tem menos [apurado] do que vendeu aqui.

(J.J.1)

Destaque-se, dentre os fatores de dificuldade aí citados, o tamanho da terra, o qual na situação de desapropriação mudará. No caso acima comentado, o padrão de terra varia de duas contas até (se tomados por família) três hectares. Na terra de sapropriada, o padrão individual-familiar previsto no caso estudado, é de seis a dez hectares.

Os movimentos do mercado capitalista são percebidos em sua empiria:

R. Nós pranta a batata. Vem um home de fora comprar. Leva pra cidade (...). Ela lá, vai valer muito. E ele ganha lá vadiando. Que quem compra agricultura hoje é isso. E nós trabalhamos muito e ganhamos pouco. E lá, ele nada trabaiou e ganhou mais.

(J.J.1)

A transferência do valor do próprio trabalho contido na mercadoria para outrem é, visivelmente, por eles captada. Entretanto, tal processo é tolerado, logo passando a ser justificado pelas leis de mercado, leis estas resultantes da divisão de trabalho, característica do modo capitalista de produção:

R. ...que quem trabaia não pode negociar, pra levar pra cidade (...) tem que ter o trabaiaador, tem que ter o comprador. Que se num ganhasse, ninguém vinha buscar aqui, né? (J.J.1)

A lógica dessa descrição nos mostra claramente a capacidade de o camponês perceber como se manifestam os movimentos do real. Entretanto, há que se considerar que este real imediato se subordina a leis sociais mais amplas que prevalecem, determinam e explicam que assim ocorra: as leis de acumulação do capital. Estas passam despercebidas pelos pequenos produtores, não apenas por causa da desinformação (lembremo-nos de que a cultura é distribuída proporcionalmente ao capital), mas principalmente, pelas relações empíricas que se processam na produção. Desse modo, a exploração que se efetiva ao nível da circulação não é percebida como um ato sócio-político, consequência de circunstâncias históricas. A sua condição de homem "livre" a efetivar "espontaneamente" a troca mercantil condiciona a percepção a nível apenas econômico dessas relações empíricas situadas na forma como se organiza a sociedade a que pertencem.

Acompanhemo-lo mais um pouco e vejamos como seu raciocínio se explicita sobre a relação dessas trocas com o poder

político constituído:

P. O senhor acha que o governo tem a ver com essa situação?

R. Não. (...) que um cara que vai negociar num vai negociar pra perder.

(J.J.1)

E indagado sobre a intervenção do Estado, responde:

R. Ele [Presidente da República] dá o preço ao produto, mas ninguém pode guardar, né? (J.J.1)

Transferindo a análise para o plano local, ou seja, do município, posiciona-se:

P. E na feira, quem controla?

R. É o governo. Lá, é o prefeito.

P. O senhor acha certo? [cobrança do imposto sobre o chão] ?

R. Acho.

P. Por quê?

R. Porque ele [prefeito] trabalha na cidade, limpa a cidade, organiza aquilo tudim, tem direito de ganhar, né?

P. E esse dinheiro pra que vai servir?

R. Pra eles mermo. (J.J.1)

Chama-nos atenção a atitude de benevolência aí presente, como geralmente ocorre, quando se trata de julgamento do poder executivo. Contrapõe-se portanto, àquele julgamento feito sobre o proprietário de terras, cujo trabalho igualmente administrativo não é julgado como justificador para a remuneração do seu trabalho, para a obtenção de um lucro. Mesmo no caso do intermediário, como vimos, nem suas atividades desenvolvidas em função da compra, lhe poupam de ser considerado como "vadiando". O prefeito, no entanto, ao administrar, estaria exercendo um trabalho que lhe vale um lucro, mesmo quando, a custos de seus próprios prejuízos. Finalmente, observemos seus argumentos que respaldam tal atitude:

P. O senhor acha certo, mesmo não servindo pra vocês?

R. Serve pra nação. Pra as autoridades.

P. E o prefeito vai fazer o que com essa renda?

R. Benfeitoria. A limpeza da cidade, organizar aquele povo...

P. E a estrada pra tirar o produto quem devia construir?

Se o senhor fosse o prefeito, como faria?

R. Se eu fizer a estrada eu colho só a roça, não é?

P. Como?

R. Colher (...) o voto. Ele tinha de colher os dois [campo e cidade].

P. Mas então ele tá colhendo só o da cidade?

R. É porque aqui samo isolado! (J.J.1)

Destaque-se a marginalidade em que este sujeito se percebe, pois, ao se referir à nação, nela não se inclui.

Como bem se observa, a administração pública local é destituída do seu caráter político e inscrita no mundo dos negócios. Neste, o voto enquanto mercadoria, claramente negociado, vai justificar o descaso pelo produtor rural, cujo peso eleitoral e expressão política se diluem numa vaga e inconsistente desculpa: o isolamento da população rural. As atitudes do prefeito, situadas no espaço das trocas econômicas, ficam então submetidas, como estas, aos mesmos parâmetros de julgamento utilizados para qualquer atividade comercial.

Quanto aos seus próprios projetos para a terra desapropriada, além de verem-na, enfaticamente, como patrimônio que servirá aos filhos — herdeiros —, parecem preocupados apenas com os tipos de culturas agrícolas que os salvará da ameaça em que se encontram:

R. Miora todos eles. Tendo força pra trabaia, pronto.

R. Prantar roça, prantar batata, coento, cebola, jerimum, feijão, milho, tudim, né?

R. Pra comer, pra dar, pra vender cará no tempo.

R. E dar [o apurado] para os dono [refere-se ao Estado] que comprou essas terra, né?

R. Vai ser pagada. (M.F.2)

Ou como declara este senhor:

R. Eu acho que vai melhorar muito.

- R. Porque todo mundo vai trabalhar. Cada qual no seu locá.
- R. ... uma base aqui, na questão que tá, uma base de dez hectare.
- R. Home, ...eu acho que... eu acho que dá pra viver sempre... porque tem gente com dez familia [filhos]... Porque a gente com dez hectare a gente já pranta de tudo (...). Se pranta abacaxi, se pranta a roça, se pranta a macaxeira, se pranta o inhame. E tudo isso dá produto a todos, tanto pra nós comer como pra sair pra fora.

(L.C.2)

Observam-se nestes depoimentos, a disposição para o caráter individualizado da produção e a concepção que destina a terra enquanto valor-de-uso, isto é, não a estão considerando como propriedade capitalista que possa mediar a acumulação do capital. Os tipos de culturas citados (milho, feijão, macaxeira e outros) parecem configurar a terra como meio de produção, o que lhes permite atribuir à terra desapropriada a função de provimento das necessidades humanas. A perspectiva de venda destes produtos, se inclui em suas práticas habituais. Desta forma, infere-se que com a terra, pretendem, de fato, resgatar também o modo de produzir camponês, o que significa dizer que com a desapropriação reproduz-se — pelo menos nas previsões expressas —, as mesmas condições de exploração desses trabalhadores pelo capital, existentes em períodos históricos anteriores.

Entretanto, mudado o contexto político-social, somos

remetidos a indagações relativas a direção político- ideológica que presidirá suas relações sociais.

CONCLUSÕES

As constatações e reflexões efetivadas neste trabalho nos conduzem a algumas conclusões, as quais deverão ser entendidas como hipóteses que se inscrevem em discussões relativas ao tema em apreço. Alguns fatores, dentre outros, justificam tal tratamento: o estado em que se encontra a sistematização dos conhecimentos relativos à ideologia; a adoção do pressuposto (a falta de um referencial teórico específico) concernente à organicidade de ideologias identificadas nos pequenos produtores rurais; como ainda, a complexidade teórica em torno da pequena produção e ao potencial político dos seus respectivos sujeitos.

Dos depoimentos dos sujeitos de nossa pesquisa, inferimos que a terra se lhes apresenta como prisma através do qual esses produtores formulam suas visões de mundo e de sociedade. As diferentes formas sociais que a terra assume em suas concepções, fazem-na expressar-se quer como natureza, quer como sociedade, o que significa dizer que suas ideologias, de certa forma, correspondem à síntese histórica dessa terra em nossa civilização.

A atitude desses produtores frente a esta terra enquanto propriedade privada capitalista parece conter duas tendências, as quais na lógica capitalista, poderiam ser consideradas como contraditórias e paradoxalmente complementares: por um lado, uma acentuada disposição para a observância, e respeito à

apropriação jurídica desta terra pelos agentes do capital; por outro, uma forte intolerância à utilização da terra enquanto capital (ou seu equivalente) para efeito exclusivo de sua acumulação. Respaldam essa hipótese, algumas das visões desses produtores que merecem ser destacadas.

Enquanto natureza, a terra é vista como dádiva do seu criador, o que a faz disponível para todos os homens filhos de Deus.

É ela vista igualmente, como espaço natural do próprio corpo, em cuja relação os trabalhadores sem terra são-nos apresentados como corpos sem espaço.

Incorporada no processo de trabalho, presta-se ela aos mais diferentes usos. Como espaço ou condição que permite aos filhos a ocupação e a disciplina por eles vistas como indispensáveis à educação do homem. É pois, a terra, a escola de vida, através da qual a criança aprende a ser útil à sociedade e, não deixando liberado o seu pensamento, orienta-o para o trabalho que o tornará adulto. Sem ela, portanto, não é apenas o alimento que escasseia, mas também a destinação humana, cuja falta acentua para a formação de homens rebeldes e vadios. Entendemos que se por um lado, essa atitude revela, nesses trabalhadores, a sua condição de educadores, por outro, denuncia-os enquanto reprodutores de relações de dominação, cujo padrão observa-se integral e inconscientemente (?) assimilado.

Delimitada pela apropriação privada, a terra ganha nomes próprios, passando em suas referências, a emprestar concreitude à geografia de um universo limitado. As propriedades se constituem como pontos cardeais. Aqui, parece, começa a se des-

velar a sua condição de não cidadania, porquanto é nessas fazendas, usinas ou destilarias que dizem nascer, crescer, migrando de um a outro ponto, enquanto o município e o estado, frequentemente, se diluem como pontos abstratos e ideologicamente longínquos.

Mas é sobretudo como meio de produção que esta terra é considerada. Fonte única de riqueza, condiciona e materializa o processo cujo valor se lhe sobrepõe: o trabalho humano. Este, pela terra franqueado ou impedido, é-nos proposto como parâmetro que deveria medir a posse deste meio de produção. Desta forma, o trabalho, na visão camponesa, é contraposto ao capital. Aqui, entendemos que ele se delinea como fator ideológico limítrofe das tendências constitutivas de sua atitude com relação à propriedade privada capitalista. A direção que se imprimirá nas diferentes formas de defesa e resistência a este tipo de propriedade, parece-nos condicionada à leitura que estes produtores fazem sobre a estrutura de poder da sociedade a que pertencem. Tal hipótese implica considerarmos, pois, a compreensão sobre essa estrutura de poder como espaço pedagógico que vale ser considerado.

Inferimos que na avaliação, por eles feita, sobre este poder dois parâmetros são utilizados: a representação que fazem da herança histórica e a forma pela qual se lhes apresenta a relação entre a autoridade constituída e os proprietários de terra. Em ambos os casos, porém, não lhes é atribuída uma autonomia plena, posto que tanto a história quanto os representantes do Estado são vistos como condicionados à vontade e decisão divinas.

A estrutura de poder nessas ideologias reproduz a estrutura das relações sociais metabolizadas pelas idealizações do passado, em que a figura do patrão, na hierarquia dessas relações, parece refletir aquilo que Deus onipotente e único representa na cultura cristã.

Deduzimos que sua atitude diante do Estado, ao mesmo tempo que os revela idealizadores de um Estado neutro, isento, pois, da luta de classes, os impulsiona para a ação de resgate dessa terra na perspectiva da desapropriação. Uma aliança é presumida por estes trabalhadores entre o Presidente da República e sua categoria, no seio da qual diferentes tipos de reforma agrária são propostos. Para tanto, utilizam referências históricas, as quais, ao que tudo indica, vão dimensionar a amplitude de tais projetos, colocando-nos a questão relativa ao conhecimento desta história como aspecto pedagógico aparentemente decisivo.

O poder central na figura do Presidente é descrito como historicamente suplantado - mesmo que à sua revelia - pelo poder econômico dos proprietários de terra. A aliança por eles presumida é traduzida na atualidade pela interpretação segundo a qual, o Presidente da República teria acenado em direção à operacionalização da reforma agrária desejada, mesmo que sob pressão daquele poder econômico, o qual o teria feito recuar estrategicamente. Frente a tal empenho presidencial, ao preço do ônus político-social por eles assumido, lhes caberia a execução dessa reforma, ao final de cujos riscos, o Presidente a legitimaria.

A lei, em suas valorações, é concebida, predominantemente-

mente, como direito natural, como função de necessidades existenciais e não, como estatuto jurídico-legal. Destituída de poder interno, sua força dependerá então, de atributos daquele que a utilizará. Desta forma, o amparo que esta lei poderia representar para esses trabalhadores estaria a depender de atributos tais como a riqueza e o saber possuídos por indivíduos adeptos dos seus interesses, vistos então como seus protetores. Caracteriza-se, pois, o caráter personalístico da norma legal, o qual, parece se situar na experiência paternalista do patronato que se constitui como herança em sua cultura.

Depreende-se então, do conjunto de proposições apresentadas, que se na esfera das relações de poder, isto é, no âmbito da política, suas ideologias se processam dentro de uma perspectiva paternalista, caracterizada por um ato de espera ou de entrega diante do poder central, na esfera das relações mercantis a atitude ideológica parece diferir.

A nível das trocas econômicas, somos levados a admitir duas hipóteses fundamentais: a propriedade privada capitalista da terra não representa para eles o ponto vital dos seus empenhos, quer para reivindicá-la, quer para contestá-la; em suas resistências, a defesa em favor da própria autonomia na condução do processo produtivo, do direito a ser dono do próprio trabalho, parece, entre esses sujeitos, se constituir como cerne da lógica que os orienta na diversidade de suas práticas.

A compra e a venda da terra, apesar de se caracterizarem como reconhecimento explícito do direito de apropriação privada capitalista, é por eles aceita e praticada sem contestações. O retorno ao sistema de morador, apresentado como projeto

alternativo de reforma agrária por aqueles que ainda não se integraram aos movimentos sociais, os quais reconhecem o grau de dominação veiculado por tal sistema, se configura como outro indicativo em defesa de nossa hipótese, pois aí estaria a forma de produzir camponesa posta em segurança. E, diante da recusa à cessão da terra em foro, por parte dos seus titulares, levantam sua voz em protesto, em cujas argumentações observam-se o desejo e a necessidade de se constituírem como sujeitos do processo produtivo. Ao defenderem o foro como "direito", esses produtores traduzem a norma capitalista, segundo a qual, neste modo de produção, é no mercado onde o indivíduo se afirma sujeito, isto é, livre e igual com idênticas condições de troca. Mesmo na perspectiva da desapropriação esta lógica não é abandonada, o que os dispõe ao pagamento de uma renda ao Estado fiador da troca mercantil.

Entendemos que se inscreve na atitude de defesa do controle do próprio trabalho, a rejeição que apresentam à proletarização. Um salário abaixo das necessidades mínimas vitais da família camponesa, um ritmo de trabalho pré-estabelecido que ultrapassa as condições biológicas, o tempo de deslocamento financeiramente não contabilizado e, particularmente, a sujeição a um igual (feitor ou cabo), adepto e defensor dos interesses do capital, além da sazonalidade, são as razões mais frequentemente apresentadas contra este tipo de relação.

O pressuposto aqui adotado relativo à organicidade das ideologias camponesas processadas em torno da terra, do poder

e do mercado, nos remete a novas investigações que objetivem si tuar, nessas ideologias, os conteúdos de uma educação comprometi-
tida com a luta de classes. Ao aderirmos à concepção gramsciana, na qual o processo educativo corresponde à passagem da estrutura em superestrutura, isto é, de um nível mais elementar para outro mais elevado das ideologias, admitimos que tal estudo poderia, além de nos permitir um planejamento programático de nos sas práticas, esclarecer e identificar os pontos comuns e os específicos entre a pedagogia da terra e a da fábrica, posto que, a educação da classe trabalhadora necessita, de fato, se processar em torno de uma orientação político-pedagógica claramente definida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAVI, Hanza. *Revolução no campo*. Trad. Sérgio Santeiro. In: *Problemas e perspectivas do socialismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969, 351 p (Atualidade).
- ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Trad. Dirceu Lindoso. 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1979a, v. 1, 220 p. (Biblioteca de Ciências Sociais).
- . *Aparelhos ideológicos de Estado*. Trad. Walter J. Evangelista e Maria L. V. de Castro. Rio de Janeiro, Graal, 1983, 128 p. (Biblioteca de Ciências Sociais. v. 25. Série Política).
- . *De o Capital à filosofia de Marx*. In: ALTHUSSER, L.; RANCIÈRE, J.; MACHAREI, P.; *Ler o Capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979b, v. 1. 211 p. (Biblioteca de Ciências Sociais).
- ARANTES, Antonio Augusto. *O trabalho e a fala*. São Paulo, Kairos/Funcamps, 1982, 187 p. (Traços).
- BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido*. 4 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983a, 187p. (Teatro hoje 27).
- . *200 exercícios e jogos para o ator e o não ator com vontade de dizer algo através do teatro*. 5 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983b, 123 p. (Teatro hoje 30).
- BRASIL, MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. Fundação de Assistência ao Estudante; Institutos de Recursos Humanos João Pinheiro; Projeto de Capacitação de Recursos Humanos/Edurural/Nc. *Professor*

- leigo no meio rural*. B. Horizonte, 1986, 192 p. Mimeo.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Casa de escola*. Campinas, Papyrus, 1983, 248 p.
- CALAZANS, Maria Julieta; CASTRO, L. F.; SILVA, H. R. S. da. *Questões e contradições da educação rural no Brasil*. In: WERTHEIN, J. & BORDENAVE, J. D. Org. Trad. Paulo R. Kramer e Lúcia T. L. Carregal. *Educação rural no terceiro mundo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, 367 p. (Educação e comunicação. v. 5)
- DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. Trad. M. Isaura P. de Queiroz. 9 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978, 128 p. (B. Universitária. C. Sociais. v. 44)
- EGLER, Cláudio E. G. Os impactos do pró-álcool na Paraíba. *Geonorte* 1. 1985: 1-19.
- ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. In: SILVA, J. Graziano & STOLCKE, Verena. Org. *A questão agrária*. Trad. Edgar A. Malagodi; S. Brizolla e J. B. de S. A. Filho. São Paulo, Civilização Brasileira, 1981, 185 p.
- . A origem da família da propriedade privada e do Estado. In: MARX K. & ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega. v. 3. 300 p.
- FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Trad. M. Isabel E. Abdnur. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 340 p. (Col. Estudos Brasileiros. v. 39)
- FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. 4 ed. São Paulo, Moraes, 1980, 138 p. (Educação Universitária)
- GARCIA Jr., Afrânio Raul. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, 236 p. (Col. Estudos sobre o Nordeste. v. 8)

- GIULIANI, Paola Cappellin. Reflexões sobre o projeto de reprodução entre assalariados. *Raízes*, 4-5:123-140.
- GIROUX, Henry. *Pedagogia radical*. São Paulo, Cortez, 1983, 95 p. (Educação Contemporânea).
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982, 237 p. (Perspectivas do homem. v. 48).
- . *Concepção dialética da história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981, 336 p. (Perspectivas do homem. v. 12).
- . *Obras escolhidas*. Trad. Manuel Cruz. São Paulo, Martins Fontes, 1978b, 395 p.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 255 p. (Estudos brasileiros. v. 24).
- HALL, Stuart & LUMLEY, B. & MCLNNAN, G. Política e ideologia: Gramsci. In: Centre For Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham. *Da ideologia*. Trad. Rita Lima. 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, 329 p. (Biblioteca de Ciências Sociais. Sociologia).
- HEREDIA, B. M. Alásia. *A morada da vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 158 p. (Estudos sobre o Nordeste. v. 7).
- HOBBSAWM, Eric. Os camponeses e a política. *Ensaio de opinião*. Rio de Janeiro, 8:42-55, 1978, 111 p.
- IANNI, Octávio. *Origens agrárias do estado brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1984, 255 p.
- INSTITUTO GRAMSCI. *Política e história em Gramsci*. Trad. Luis Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978a, 257 p. (Perspectivas do homem. v. 119).

- LANDSBERGER, H. A. *Rebeli3n campesina y cambio social*. Barcelona, Grijalbo, 1978.
- LÊNIN, V. I. *O programa agrário*. Trad. Editorial Vitória. São Paulo, Ciências Humanas, 1980a, 214 p. (História e política. v. 11).
- . *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, 1980b, T. 3, 782 p.
- LIMA, Rômulo de Araújo. *Em busca da dialética*. Campina Grande, Edições Universidade Regional do Nordeste, 1983, 102 p.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Porto, Publicações Escorpião, 1974, 378 p. (Biblioteca Ciência e Sociedade. v. 11).
- MAO, Tsetung. O trabalho de reforma agrária e a consolidação do partido para 1948. In: ———. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, T. 4, 714 p.
- MARTINS, J. de Sousa. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira, 1975, 161 p. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Sociologia).
- . *Os camponeses e a política no Brasil*. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1983, 177 p.
- MARX, K. O 18 brumário de Luis Bonaparte. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, v. 1, 378 p.
- . *Contribuição para a crítica da economia política*. Trad. M. Helena B. Alves. 5 ed. Lisboa, Editorial Estampa, 1977, 365 p. (Col. Teoria. v. 8).
- . Carta a Vera Zaslitch. In: RUBEM, C. Fernandes. Org. *Dilemas do socialismo*. Trad. Lúcio F. R. Almeida e R. C. Fernandes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982b, 267 p. (Pensamento Crítico. v. 49).

- MARX, K. *O capital*. Trad. Reginaldo Sant'Ana. 7 ed. São Paulo, Difel, 1982c, L. 1, v. 1, 579 p..
- . *O capital*. Trad. Reginaldo Sant'Ana. 3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, L. 3. v. 6. 335 p. (Perspectivas do homem. v. 38. E. Economia).
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. José Carlos Brunni e Marco A. Nogueira. Ciências Humanas, 1982a, 138 p.
- MCLENNAN, Gregor. Introdução. In: Centre For Contemporary Cultural Studies. Org. *Da ideologia*. Trad. Rita Lima. 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, 329 p. (Biblioteca de Ciências Sociais. Sociologia).
- MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Dra. Ludovina F. Couto. São Paulo, Martins Fontes, 1983, 532 p. (Ensino Superior).
- NETO, Antonio Fausto. *Cordel e a ideologia da punição*. Petrópolis, Vozes, 1979, 158 p.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, 173 p. (Estudos sobre o Nordeste. v. 1).
- PAIVA, Vanilda. Anotações para um estudo sobre populismo católico e educação no Brasil. In: ——. *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro, Graal, 1984, 324 p. (Biblioteca de educação. v. 4).
- PALMEIRA, Moacir. Diferenciação e participação política do camponato. Primeiras questões. Museu Nacional, s/d, Mimeo. 11 p.
- POTENGY, Gisélia Franco. As mudanças nas relações de trabalho e o novo clientelismo do campo na Paraíba. In: *Relações de tra*

- balho e relações de poder: Mudanças e permanências. UFCE. NEPS. Gráfica Estrela, Fortaleza, 1986, 380 p.
- PINTO, João Bosco. A educação de adultos e o desenvolvimento rural. In: WERTHEIN, Jorge & BORDENAVE, Juan Diaz. Org. Educação rural no terceiro mundo. Trad. Paulo R. Kramer e L. T. L. Carregal. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, 367 p. (Educação e comunicação. v. 5).
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 142 p. (Pensamento Crítico. v. 7).
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978, 311 p. (LTC de estudos brasileiros).
- SEDUP - Relatório. Aspectos das condições de vida e de trabalho dos assalariados da cana de açúcar do brejo paraibano. Guarabira. 1986. Coord. Annalisa Bertolazzi; Giuseppe Tosi e Pablo Sidersky.
- SILVA, J. Graziano. Introdução. Pressupostos teóricos. In: —. Coord. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. 2 ed. São Paulo, Hucitec, 1980, 234 p. (Estudos rurais).
- SOARES, L. Eduardo. Campesinato: ideologia e política. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, 227 p. (Agricultura e sociedade).
- SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, 148 p. (Agricultura e sociedade).
- SNYDERS, Georges. Escola, classe e luta de classes. Lisboa, Moraes Editores, 1977, 406 p. (Psicologia e pedagogia).

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3 ed. São Paulo, Polis, 1982, 262 p. (Teoria e história. v. 6).

— . Uma contribuição à pesquisa ação no campo da comunicação sociopolítica. *Educação e sociedade*. São Paulo, 9: 49-64, maio 1981.

WANDERLEY, M. de Nazareth B. Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira. In: ARAÚJO B. José. Coord. *Reflexões sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 180 p. (Estudos brasileiros. v. 37).